



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2017

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
1.1 ECONOMIA MUNDIAL	10
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA	11
2. O MERCADO SEGURADOR.....	12
3. FACTOS RELEVANTES EM 2017	14
4. A ATIVIDADE DA N SEGUROS.....	15
4.1. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO	15
4.2. PRÉMIOS ADQUIRIDOS.....	15
4.3. Nº DE APÓLICES E Nº DE CLIENTES	15
4.4. QUOTA DE MERCADO	16
4.5. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	16
4.6. TAXA DE ENCERRAMENTO	17
4.7. RESSEGURO	17
4.8. RESULTADO OPERACIONAL.....	18
4.9 ATIVIDADE FINANCEIRA.....	19
4.10. CUSTOS POR NATUREZA.....	19
4.11. PROVISÕES TÉCNICAS.....	20
4.12. GARANTIAS FINANCEIRAS RÁCIO DE SOLVÊNCIA.....	20
4.13. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E RESULTADO LÍQUIDO.....	20
4.14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
4.15. POSICIONAMENTO E COMUNICAÇÃO PROMOCIONAL	20
4.16. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2017	21
4.16.1. NOVO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SEGUROS (PROGRAMA VIRIATO)	21
4.16.2. NOVO MÉTODO DE PAGAMENTO	21
4.16.3. REGULAMENTO GERAL SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS	21
4.16.4. GESTÃO DE RISCOS - SOLVÊNCIA II.....	22
4.17. RECURSOS HUMANOS	22
5. PERSPETIVAS 2018	22
6. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO	23
7. OBJETIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS.....	23
8. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS	24
9. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS.....	24
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
CERTIFICAÇÕES	93

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Vitor José Melícias Lopes

Secretário

Carla Fernanda dos Santos Cadilhe

Conselho de Administração

Presidente

Fernando Dias Nogueira

Administrador

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Administrador

Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Presidente

José Augusto Perestrello Alarcão Troni

Vogal

António Pedro de Sá Alves Sameiro

Vogal

Armindo Marques Matias

Vogal Suplente

Manuel Quelhas Gomes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves

Suplente: Silvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2017

O Conselho de Administração da N Seguros, S.A., nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 Economia Mundial

A economia global em 2017 deverá atingir um crescimento de 3%, de acordo com as estimativas do Banco Mundial. Esta melhoria, segundo a instituição, é reflexo das condições favoráveis de financiamento nas economias, das políticas monetárias expansionistas, do aumento da confiança e da estabilidade nos preços das matérias-primas.

No que diz respeito aos EUA, o crescimento deverá atingir os 2,3% em 2017, suportado pelo aumento do investimento privado. O acréscimo dos lucros das empresas, a desvalorização do dólar e a robustez da procura externa, contribuirão, também, para este desempenho. O mercado de trabalho norte-americano continua a caminhar para o pleno emprego e começa, agora, a registar um crescimento, ainda que moderado, no nível de salários. O crescimento económico aliado ao desempenho do mercado de trabalho, levou a Reserva Federal a manter o seu processo de normalização de política monetária em 2017, aumentando a taxa de juro de referência e reduzindo gradualmente o seu balanço.

Na Zona Euro, em 2017, o crescimento económico deverá atingir os 2,4%, beneficiando dos estímulos da atual política monetária e de um fortalecimento da procura global. A taxa de desemprego atingiu o valor mais baixo desde 2009, havendo, no entanto, pouco crescimento ao nível de salários. Este facto, aliado à apreciação do Euro, deverá adiar o aumento da inflação. O índice de preços, deverá permanecer abaixo do objetivo definido pelo Banco Central Europeu, pelo que persiste incerteza quanto a eventuais subidas de taxas de juro em 2018.

Na Europa, os mercados acionistas encerraram o ano de 2017 com valorizações positivas, embora tenha ocorrido alguma volatilidade pontual (durante o ano), causada pelas eleições presidenciais francesas e pelo referendo à independência da Catalunha. Os índices acionistas norte-americanos terminaram o ano de 2017 com valorizações significativas, tendo este período sido marcado por um nível de volatilidade atipicamente reduzido.

Região	Índice	Var. 2017
EUA	S&P 500	19,42%
	Nasdaq 100	31,52%
	Dow Jones Industrial	25,08%
Europa	DAX (Alemanha)	12,51%
	CAC 40 (França)	9,26%
	IBEX 35 (Espanha)	7,40%
	PSI 20 (Portugal)	15,15%
	FTSE MIB (Itália)	13,16%
	FTSE 100 (Reino Unido)	7,63%
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	19,10%
	Hang Seng (Hong Kong)	35,99%

Fonte: Bloomberg

1.2 Economia Portuguesa

Em Portugal, em 2017, registou-se um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7%, mantendo-se uma expectativa de recuperação do crescimento económico. Esta tendência deverá continuar, segundo o Banco de Portugal, durante os próximos anos, podendo atingir os 2,3% em 2018.

O desempenho da economia portuguesa deverá acompanhar os níveis de crescimento da economia da Zona Euro. Numa ótica per capita, Portugal continuará a convergir ligeiramente para a média europeia, facto que é justificado, também, pela redução da população nacional.

	2016	2017	2018P	2019P
Produto Interno Bruto	1,60%	2,70%	2,30%	1,90%
Consumo Privado	2,10%	2,10%	2,10%	1,80%
Formação Bruta de Capital Fixo	1,50%	9,00%	6,10%	5,90%
Exportações	4,40%	7,90%	6,50%	5,00%

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

O consumo privado atingiu em 2017 um crescimento de 2,1%, beneficiando de condições monetárias e financeiras favoráveis. A recuperação do mercado de trabalho contribuiu, igualmente, para a melhoria deste indicador.

O consumo público deverá reduzir ligeiramente em 2017, segundo as projeções do Banco de Portugal. No entanto, em 2018, poderá haver, novamente, lugar a uma aceleração desta rubrica devido, em parte, à perspetiva de menores poupanças com parcerias público-privadas.

A formação bruta de capital fixo registou uma aceleração robusta em 2017, alcançando um crescimento de 9,0%, refletindo um elevado dinamismo nas principais componentes deste indicador, nomeadamente, na construção, máquinas e equipamentos e material de transporte.

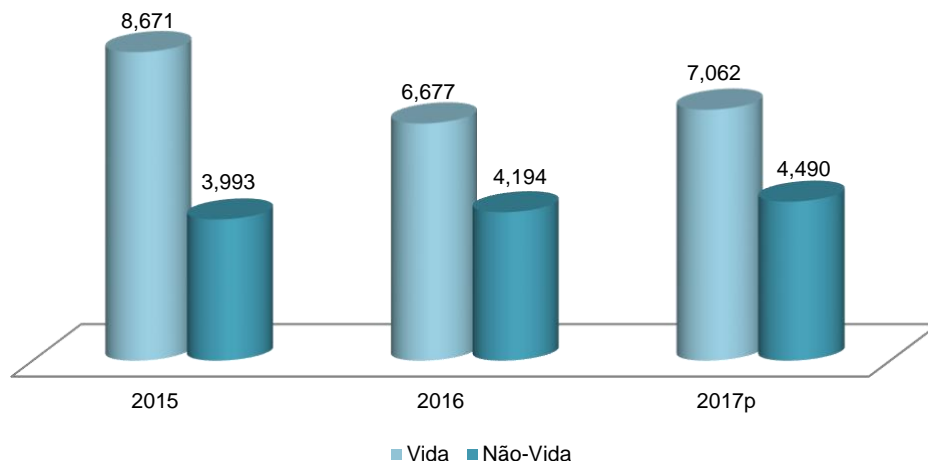
Em 2017, as exportações alcançaram uma dinâmica bastante positiva, voltando a aumentar o peso desta componente no PIB. Destaca-se a evolução positiva do segmento de bens e serviços, com particular relevância para o setor do turismo.

O mercado de trabalho registou uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a evoluir dos 11,1% em 2016, para os 8,9% em 2017. O Banco de Portugal prevê que o mercado de trabalho continue a apresentar uma tendência de recuperação, com uma taxa de desemprego de 7,8% e 6,7%, em 2018 e 2019, respetivamente.

2. O Mercado Segurador

De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no ano de 2017, o volume da produção de seguro direto situou-se nos 11,6 mil milhões de euros, tendo-se verificado uma inversão da tendência decrescente dos dois últimos anos, com um aumento de 6,3%, em relação ao ano transato.

Evolução dos Prémios



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

	(milhões de euros)			
	2015	2016	2017p	Δ 17/16
VIDA	8.671	6.677	7.062	5,8%
Seguros de Vida	6.522	4.991	4.874	-2,3%
Seguros Ligados a Fundos Investimento	2.148	1.686	2.187	29,7%
Operações de Capitalização	1	0	1	0,0%
NÃO VIDA	3.993	4.194	4.490	7,1%
Acidentes e Doença	1.354	1.482	1.634	10,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	556	624	705	13,0%
<i>Doença</i>	633	694	751	8,3%
<i>Acidentes</i>	165	164	178	8,0%
Incêndio e Outros Danos	764	779	802	3,0%
Automóvel	1.471	1.522	1.610	5,8%
Restantes	405	411	444	7,9%
TOTAL	12.664	10.872	11.552	6,3%

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Para este aumento do volume de produção contribuiu de forma significativa o segmento Vida, com um crescimento de 5,8%, revelando um progresso assinalável face aos anos anteriores, que foram de decréscimo (2015: -16,9%, 2016: -23,0%). O volume de prémios atingiu os 7,1 mil milhões de euros, representando 61% do total da produção.

No segmento Vida, salientam-se os planos de poupança reforma (PPR), que apresentaram um crescimento de 30%, o que demonstra a atratividade destes produtos no atual contexto de baixas taxas de juro. Também se evidenciaram os seguros ligados a fundos de investimento (+29,7%),

derivado a uma maior recetividade a este tipo de produtos, tendo em conta o atual ambiente de baixas taxas de juro.

Em 2017, os ramos Não Vida continuaram a registar uma evolução positiva, com um crescimento de 7,1%, o que representa um aumento de 2,1 pontos percentuais face a 2016, com uma produção de cerca de 4,5 mil milhões de euros.

O ramo que mais se destaca continua a ser Acidentes e Doença, com um crescimento de 10,3%, tornando-se o ramo com maior peso no total da produção, atingindo os 36,4%.

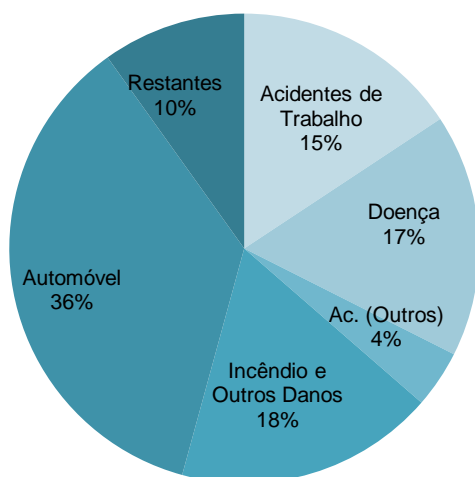
A modalidade Acidentes de Trabalho evidencia um crescimento de 13%, em linha com o que tem acontecido nos últimos quatro anos, atingindo um peso de 15,7% do total dos ramos Não Vida. Este comportamento decorre do crescimento económico, que induz o aumento da massa salarial, bem como da correção dos prémios, devido à elevada sinistralidade.

Também a Doença evidencia uma tendência de evolução favorável, com um crescimento de 8,3%, representando 16,7% do mercado Não Vida. Este comportamento resulta essencialmente do aumento do universo de pessoas seguras, mas também do crescimento do prémio médio.

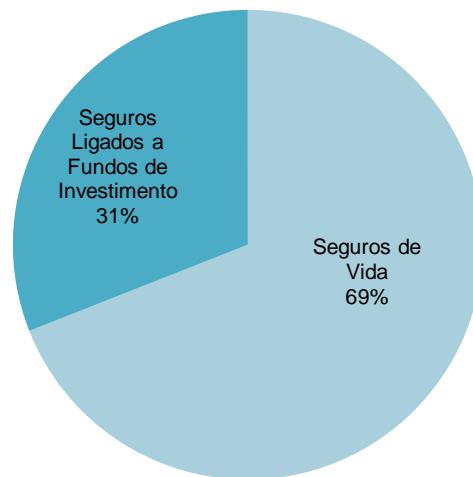
O ramo Automóvel representa 35,9% do total da produção Não Vida, com um crescimento de 5,8% muito suportado no aumento do número de veículos seguros.

Apesar de um crescimento mais moderado, o ramo Incêndio e Outros Danos, apresentou uma evolução de 3%, com maior foco nos seguros de multirriscos, que representam aproximadamente 90% da produção total do ramo. No decorrer do segundo semestre de 2017, verificou-se um maior crescimento nos produtos multirriscos. Esta situação pode estar relacionada com a recuperação do mercado imobiliário devido, também, ao aumento do recurso a crédito bancário.

Composição Prémios Não Vida 2017



Composição Prémios Vida 2017



3. FACTOS RELEVANTES EM 2017

Os princípios estratégicos que têm definido o posicionamento da N Seguros foram prosseguidos em 2017, com a mesma determinação e empenho, valorizando a qualidade de serviço e garantindo a satisfação e fidelização dos clientes, através de uma atuação responsável e transparente, assegurada por uma equipa experiente.

A aposta na melhoria contínua dos serviços da Companhia resultou na otimização de processos, no reforço da comunicação com os clientes, no desenvolvimento de programas e parcerias externas e no aperfeiçoamento das ferramentas comerciais. Estas ações permitiram a melhoria da interação com os clientes proporcionando uma experiência mais enriquecedora e satisfatória.

No ano de 2017 registou-se um decréscimo dos prémios brutos emitidos de 1,3%, influenciado essencialmente pelo ramo Automóvel que (com um peso de 98,6%) apresentou uma diminuição de 1,5%. A modalidade Acidentes Pessoais e o ramo Responsabilidade Civil registaram crescimentos de 65% e 868,3%, respetivamente, impulsionados pelo lançamento de ações internas e parcerias externas com vista ao desenvolvimento da comercialização destes ramos.

Apesar da diminuição global da receita, verificou-se um aumento da produção nova (+4,3%) e a diminuição de apólices anuladas (-4,4%).

Apesar de um desempenho ligeiramente negativo ao nível da receita, foi registada uma redução dos custos com sinistros, em 2,9%, que foram significativamente influenciados pelo ramo Automóvel (-2,8%) e pela modalidade Doença (-16,2%). Esta situação teve impactos positivos para o resultado do exercício. A taxa de sinistralidade, com base nos prémios adquiridos, situou-se em 79,3%, registando uma redução de 1 p.p. face a 2016.

O resultado operacional, apresentou uma ligeira recuperação, com um crescimento de 0,3% em relação ao ano anterior, situando-se nos 1,3 milhões de euros.

Em relação aos custos por natureza, verificou-se um aumento de 4,5% face a 2016, resultante em grande parte do reforço em campanhas de Marketing para captação de novos clientes, com a rubrica publicidade e propaganda a crescer 24,1%.

O impacto dos resultados financeiros foi também favorável, invertendo a tendência negativa do ano anterior, atingindo os 295 milhares de euros, apesar do reforço da imparidade associada às obrigações da AHS Investimentos, SGPS, S.A., no valor de 186 milhares de euros.

O resultado negativo verificado em 2017, foi determinado, no essencial, pela redução verificada ao nível da receita, pelos elevados custos com sinistros, apesar da redução ocorrida no período, e pelo incremento do nível dos custos por natureza.

Contudo, salientamos a evolução positiva face a 2016, decorrente do reforço das políticas de seleção do risco, da maior eficiência ao nível dos investimentos, bem como de uma dinâmica comercial mais eficaz.

4. A ATIVIDADE DA N SEGUROS

4.1. Prémios de seguro direto

Em 2017, a Companhia registou um volume de negócios de 11.815 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo global de 1,3%. O ramo Automóvel (incluindo as coberturas de assistência em viagem e proteção jurídica) diminuiu 1,5% e a modalidade Doença registou uma redução de 10,3%. Inversamente, destaca-se o contributo positivo ao nível dos Acidentes Pessoais e da Responsabilidade Civil, que cresceram 65% e 868,3%, respetivamente.

(milhares de euros)

Prémio Brutos Emitidos	2016	2017	Var. 17/16
Acidentes e Doença	147	152	3,1%
Acidentes Pessoais	26	43	65,0%
Doença	121	108	-10,3%
Automóvel	11.817	11.635	-1,5%
Responsabilidade Civil	3	28	868,3%
TOTAL	11.967	11.815	-1,3%

4.2. Prémios Adquiridos

Em 2017, os prémios adquiridos decresceram 200 mil euros, o que se traduziu numa redução de 1,7%.

(milhares de euros)

Prémios Adquiridos	2016	2017	Var. 17/16
Acidentes e Doença	147	150	1,8%
Acidentes Pessoais	26	42	60,9%
Doença	121	108	-10,8%
Automóvel	11.650	11.427	-1,9%
Responsabilidade Civil	2	21	1223,6%
TOTAL	11.798	11.598	-1,7%
Prémio Adquiridos Líquido de Resseguro	10.592	10.285	-2,9%

4.3. Nº de Apólices e Nº de Clientes

Em 2017, o número de contratos novos aumentou 4,3%, traduzindo-se num acréscimo de 1.195 apólices, das quais 55% são do ramo Acidentes e Doença, 24% do ramo Responsabilidade Civil e 21% do ramo Automóvel. Apesar desta situação, os ramos Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil, ainda apresentam um peso na carteira da Companhia (2% no conjunto dos dois ramos) pouco expressivo.

No que respeita às apólices em vigor, verificou-se um crescimento de 1%, sustentado, essencialmente, pelo ramo Acidentes e Doença (+30,5%) e Responsabilidade Civil (+550%). O ramo Automóvel mantém o mesmo número de apólices face a 2016.

	2016	2017	Var.17/16
Nº de Apólices em Vigor	67.216	67.873	1,0%
Automóvel	65.867	65.843	0,0%
Acidentes e Doença	1.297	1.692	30,5%
Responsabilidade Civil	52	338	550,0%
Nº de Clientes	57.054	57.015	-0,1%

4.4. Quota de Mercado

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), em 2017, a quota de mercado da N Seguros sofreu um decréscimo de 0,02 p.p.. Ao nível do ramo Automóvel, a redução foi de 0,07p.p..

	2016	2017	Var. 17/16
Quota de Mercado Não Vida	0,29%	0,27%	-0,02p.p.
Quota de Mercado Ramo Automóvel	0,72%	0,65%	-0,07p.p.

4.5. Custos com Sinistros de Seguro Direto

De acordo com os dados da APS, em 2017, os Custos com Sinistros dos ramos Não Vida cresceram 10,7%, com o ramo Automóvel a apresentar uma variação de 3,3%.

Na N Seguros, em 2017, registou-se um decréscimo de 2,9% dos Custos com Sinistros de seguro direto (sem imputação dos gastos gerais à função sinistros), com o ramo Automóvel a apresentar uma variação de -2,8%. Apesar do impacto menos significativo, o ramo Acidentes e Doença apresenta uma redução de 11,8%, com a modalidade Doença a decrescer 16,2%.

A taxa de sinistralidade sobre prémios adquiridos diminuiu ligeiramente face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 79,3%, com o ramo Automóvel a reduzir em 0,8 p.p. este indicador.

	(milhares de euros)		
Custos com Sinistros de seguro direto	2016	2017	Var. 17/16
Acidentes e Doença	61	54	-11,8%
Acidentes Pessoais	10	11	11,5%
Doença	51	43	-16,2%
Automóvel	9.410	9.144	-2,8%
Responsabilidade Civil	0	2	0,0%
TOTAL	9.471	9.199	-2,9%

Taxas de Sinistralidade	2016	2017	Var. 17/16
Acidentes e Doença	41,5%	36,0%	-5,6 p.p.
Acidentes Pessoais	37,4%	25,9%	-11,5 p.p.
Doença	42,4%	39,9%	-2,6 p.p.
Automóvel	80,8%	80,0%	-0,8 p.p.
Responsabilidade Civil	0,0%	7,3%	7,3 p.p.
TOTAL	80,3%	79,3%	-1,0 p.p.

Taxa em função dos prémios adquiridos

O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função sinistros

4.6. Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento, em 2017, este indicador situou-se nos 101%, superando o registado em 2016.

	2016	2017	Var. 17/16
Taxa de Encerramento	97,0%	101,0%	4p.p.

(nº processos encerrados/nº processos abertos)

Ao nível do número de processos abertos, em curso e encerrados, em 2017, verificou-se globalmente uma diminuição nos processos abertos de 6% e nos processos encerrados 1,7%, resultando numa diminuição de 5% dos processos em curso.

	2016	2017	Var. 17/16
Sinistros Abertos	12.926	12.151	-6,0%
Sinistros em Curso	3.511	3.336	-5,0%
Sinistros Encerrados	12.535	12.326	-1,7%

4.7. Resseguro

O resultado do resseguro cedido, em 2017, apresentou um saldo de 1.144 milhares de euros. A maioria dos prémios dizem respeito às garantias contratadas no âmbito de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica.

Os correspondentes Custos com Sinistros são suportados, diretamente, pelo ressegurador, registando um valor de 169 mil euros, a que corresponde um crescimento de 15,9%.

O rácio de cedência bruto, sobre prémios emitidos, situou-se nos 11% (+0,7p.p. do que em 2016). Em comparação com o ano transato, os prémios de resseguro aumentaram 5,5%.

(milhares de euros)

Resultado de Resseguro	2016	2017	Var. 17/16
Prémios	1.243	1.311	5,5%
Provisões para Prémios Não Adquiridos	-37	1	104,1%
Custos com Sinistros	145	169	15,9%
TOTAL	1.061	1.144	7,8%

O painel de resseguradores de suporte ao programa de resseguro de 2017 (Tratado Automóvel), manteve um nível de *rating* muito elevado:

RESSEGURADORES	Rating
<i>SWISS RE (leader)</i>	AA-
<i>MAPFRE RE</i>	A
<i>ASSURANCES M FRANCE</i>	A
<i>MUNCHENER RUCK</i>	AA-
<i>NACIONAL REASEGUROS, SA</i>	A-
<i>ODYSSEY RE</i>	A
<i>PARTNER RE</i>	A+
<i>R+V VERSICHERUNGS</i>	AA-
<i>SCOR</i>	AA-

4.8. Resultado Operacional

O resultado operacional, em 2017, situou-se em 1.314 milhares de euros, registando uma melhoria marginal face a 2016. Esta variação decorre, essencialmente, da diminuição dos custos com sinistros líquidos de resseguro e do aumento dos custos de aquisição a diferir.

(milhares de euros)

Resultado Operacional	2016	2017	Var. 17/16
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	10.592	10.285	-2,9%
Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro	9.326	9.031	-3,2%
Custos de Aquisição Diferidos	44	59	33,8%
TOTAL	1.310	1.314	0,3%

O cálculo do Resultado não inclui a imputação dos gastos gerais

4.9 Atividade Financeira

No final do ano, a carteira de investimentos e de liquidez da N Seguros registou um montante de 14.646 milhares de euros, dos quais cerca de 44% estão alocados a obrigações, incluindo dívida pública portuguesa.

(milhares de euros)				
Carteira de Investimentos	2016	%	2017	%
Títulos do Estado	4.106	25,2%	4.535	31,0%
Fundos de Investimento	6.765	41,4%	6.399	43,3%
Obrigações Diversas	5.172	31,7%	3.518	24,0%
Ações	0	0%	0	0%
Liquidez	278	1,7%	194	1,3%
TOTAL	16.321	100,0%	14.646	100,0%

A redução no valor total dos investimentos resultou de necessidades de tesouraria. Esta situação resulta de uma maior velocidade nos pagamentos da atividade, facto que também foi refletido na redução da provisão para sinistros.

4.10. Custos por Natureza

No exercício de 2017, os custos por natureza da Companhia situaram-se em 3.577 milhares de euros, refletindo um aumento de 4,5%, face ao ano anterior. A rubrica que mais evidencia este crescimento é a dos Fornecimentos e Serviços Externos, sobretudo ao nível da Publicidade e Propaganda, devido ao reforço das campanhas de Marketing.

(milhares de euros)			
Custos Por Natureza	2016	2017	Var. 17/16
Custos com Pessoal	1.521	1.508	-0,8%
Conservação e Reparação	20	6	-66,7%
Rendas e Alugueres	213	250	17,4%
Comunicação	222	203	-8,9%
Serviços Contratados	347	374	7,8%
Despesas de Representação	3	1	-66,5%
Seguros	8	9	12,2%
Publicidade e Propaganda	541	671	24,1%
Reintegrações/Amortizações	164	164	-0,3%
Outros	383	391	1,7%
TOTAL	3.422	3.577	4,5%

4.11. Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto, em 2017, ascenderam a 12.712 milhares de euros, o que evidencia uma redução de 2,6%. O rácio de provisionamento reduziu em 1,4 p.p..

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2016	2017	Var. 17/16
Provisões para prémios não adquiridos	2.955	3.112	5,3%
Provisão para sinistros	9669	8743	-9,6%
Outras provisões técnicas	426	857	100,9%
TOTAL	13.050	12.712	-2,6%
Rácio sobre prémios brutos emitidos	109,0%	107,6%	-1,4 p.p.

4.12. Garantias Financeiras Rácio de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2017, devidamente representadas. A estrutura de capitais elegíveis para cobertura de requisito de capital (SCR) permitia um rácio regulamentar de Solvência II na vizinhança do nível de cumprimento, conforme estabelecido no nº 4º do artigo 20º da Lei 147/2015, de 9 de setembro.

O rácio do SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no mês de maio de 2018.

4.13. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

Em 2017, a N Seguros apresentou um resultado negativo, antes de impostos, de 2.062 milhares de euros, com o resultado líquido a registar -1.656 milhares de euros. Consequentemente, os capitais próprios reduziram-se 15,4%, situando-se em 4.915 milhares de euros.

(milhares de euros)

	2016	2017	Var. 17/16
Resultado Antes de Imposto	-2.715	-2.062	24,0%
Resultado Líquido	-2.148	-1.656	22,9%
Capitais Próprios	5.798	4.915	-15,2%

4.14. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do número cinco do artigo 66º do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2017, registando um prejuízo no montante de 1.656.442,09 euros, seja levado na totalidade a Resultados Transitados.

4.15. Posicionamento e Comunicação Promocional

Em 2017, a N Seguros manteve o modelo de comunicação exclusivamente digital que tem permitido, ao longo dos anos, rentabilizar e otimizar os investimentos e custos de aquisição.

Adicionalmente, manteve-se uma forte aposta na melhoria das taxas de concretização e na segmentação de clientes, assim como nas parcerias estratégicas, o que permitiu a captação de mais contratos novos do que o registado no ano anterior.

Continuou a aposta no programa de *affinities*, com o reforço da dinamização junto dos parceiros e do fortalecimento das relações, com a obtenção de condições únicas na captação dos seguros.

A N Seguros tem prosseguido o investimento em campanhas promocionais de forma a cimentar a comunicação com os segmentos alvo preferenciais. Os meios de comunicação mais utilizados foram o Search, o Display, os Afiliados e as Redes Sociais. O e-mail marketing continua a ser o meio privilegiado de comunicação com o cliente, não só para comunicação de novidades e campanhas, como para o envio de documentação contratual.

No âmbito das redes sociais, o *Facebook* tem sido uma ferramenta importante na aproximação e fortalecimento na relação com os Clientes, tendo este ano existido um reforço da promoção neste veículo de comunicação, para promoção da imagem e da notoriedade da N Seguros.

4.16. Principais Projetos Desenvolvidos em 2017

4.16.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)

Prosseguiu-se o desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros, o qual manteve as suas principais premissas estratégicas, tendo como objetivo responder às necessidades da Companhia, contribuindo, assim, para aumentar os seus níveis de rentabilidade, qualidade e eficiência.

4.16.2. Novo Método de Pagamento

Em 2017, implementou-se o meio de pagamento *PayPal*, um dos sistemas de *e-commerce* com mais reconhecimento mundial, que permite pagamentos e transferências de dinheiro através da internet, evitando os métodos tradicionais de pagamento como o multibanco e ordens de pagamento. Este meio de pagamento vem facilitar o processo de pagamento, pela disponibilização de mais uma forma segura e de confiança para os clientes e que permite a associação a um cartão de débito ou de crédito.

4.16.3. Regulamento Geral Sobre Proteção de dados

Considerando a necessidade de adaptação dos procedimentos internos para garantir a conformidade com o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), que entra em vigor no final de maio de 2018, a N Seguros levou a cabo, no decurso de 2017, um processo de seleção e contratação de um conjunto de entidades para apoiar a Companhia neste campo. A atuação destas entidades centra-se na área de consultoria, assessoria jurídica e tecnológica. A fase inicial deste projeto foi concluída no final do ano de 2017, com a elaboração de uma avaliação de *gaps* e identificação das medidas de melhoria a implementar durante o ano de 2018.

4.16.4. Gestão de Riscos - Solvência II

Em 2017, foi dada continuidade à implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos de Solvência II, e que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, com o objetivo de ajustar e adequar a sua Estrutura

Organizacional às melhores práticas, no âmbito Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*.

Foi realizado o exercício de autoavaliação prospetiva dos riscos (ORSA), o que permite à Companhia alinhar os objetivos estratégicos e a gestão operacional, criando as condições para monitorizar as metas do Plano de Negócios, que em cada momento se encontrar em vigor.

Relativamente à componente do perfil de risco e do nível de solvência, foi reforçada a estratégia de *derisking* nos ativos financeiros, mantendo-se o processo de diversificação com o reinvestimento em classes de ativos de menor requisito de capital. O objetivo é alcançar uma solução otimizada relativamente ao consumo de capital, volatilidade e retorno esperado dos ativos financeiros.

4.17. Recursos Humanos

O número médio de colaboradores da N Seguros, no final de 2017, era composto por 60 colaboradores, menos 3 que os registados em 2016. A idade média dos colaboradores fixou-se em 36,2 anos e a antiguidade média na empresa é de 5,9 anos. Na distribuição por género, 72,9% dos colaboradores são do sexo feminino e 27,1% do sexo masculino. No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, 44,1% dos colaboradores possuem frequência do ensino médio e superior.

Dando continuidade à prática de anos anteriores, a N Seguros privilegiou a formação dos seus colaboradores, com o desenvolvimento de ações de formação para 35 elementos, em 42 ações e 67 participações, num total de 826 horas.

No ano de 2017, a N Seguros proporcionou mais uma vez aos seus colaboradores um conjunto de serviços regulares médicos e de enfermagem, no âmbito da medicina curativa.

5. PERSPETIVAS 2018

Os próximos anos incorporam quatro grandes desafios para a N Seguros: crescimento acentuado dos prémios; contínua redução da sinistralidade; manutenção de rendimentos financeiros robustos; e dinamização do Programa Viriato. Estes vetores estratégicos, permitirão o desenvolvimento da atividade da Companhia de forma rentável e sustentável.

A aposta na segmentação de produtos, na inovação tecnológica e na racionalização dos meios de comunicação, com forte destaque para os canais digitais continuará a assumir um papel central no plano estratégico da N Seguros. O desenvolvimento de novas parcerias e áreas de negócio, com a entrada em novos ramos de atividade, assumirá um papel cada vez mais importante na distribuição e diversificação da oferta da Companhia, procurando, assim, fortalecer a sua posição no mercado.

Apesar da atividade da N Seguros estar muito centrada no ramo Automóvel e este servir de produto âncora para captação de novos clientes, parte da estratégia da N Seguros passa por aumentar e diversificar a sua oferta noutros ramos, quer por via do lançamento de novos produtos e coberturas, quer por via da comercialização de novos ramos. Este alargamento tem por objetivo captar novos clientes, aumentar o valor dos prémios por cliente, rentabilizar a carteira e promover um efeito de diversificação de risco, através da realização de ações de captação, cross-selling e up-selling.

A N Seguros está determinada em aumentar o seu número de clientes e apólices no ramo automóvel com a exploração e dinamização de canais alternativos, nomeadamente através da dinamização e alargamento do canal de Parcerias e Protocolos.

A seleção de risco constitui um fator crítico para a N Seguros, de forma a garantir a captação de clientes com o perfil de risco adequado e que possam contribuir positivamente para a rentabilidade da Companhia. Para além de manter os atuais níveis de rigor, com uma permanente monitorização da qualidade da carteira, será promovida uma maior captação de apólices, cujo risco potencial seja menor.

Numa perspetiva de Compliance, 2018 será um ano de desafios marcado, por um lado, pelo esforço de alinhamento de procedimentos com os requisitos decorrentes do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e, por outro, pela implementação das medidas necessárias para garantir a conformidade do modelo de negócio com as obrigações constantes da Diretiva de Distribuição de Seguros.

6. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e do artigo 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, indica-se que, à data de 31/12/2017, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.

7. OBJETIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Companhia realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. A utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada nos ativos financeiros geridos diretamente pela Companhia. Os fundos de investimento que compõem a carteira de investimentos da N Seguros utilizam os derivados que estão definidos nas respetivas políticas de investimento.

8. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31 de dezembro de 2017.

9. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS

Informa-se que a Montepio Seguros, SGPS, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . Os Clientes;
- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores, a Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Resseguradores e
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao Acionista pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 23 de março de 2018

O Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira (Presidente)

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)

Paulo José Martins Jorge da Silva (Vogal)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2017

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
ATIVO

(valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/17		Exercício 31/12/16
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/a mortizações ou ajustamentos	
	ATIVO			
15; 24; 30	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479	-	127.224
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.734	-	2.175
	Derivados de cobertura	-	-	-
16; 24; 24; 30	Ativos disponíveis para venda	12.308.221	-	13.644.108
	Empréstimos e contas a receber	-	-	150.946
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-
	Outros depósitos	-	-	150.946
	Empréstimos concedidos	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-
	Outros	-	-	-
24; 30	Investimentos a deter até à maturidade	2.140.474	-	2.396.759
	Terrenos e edifícios	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-
18; 24	Outros ativos tangíveis	2.179.634	2.054.164	257.988
	Inventários	1.053	-	-
	Goodwill	-	-	-
19; 24	Outros ativos intangíveis	1.238.834	517.616	636.183
	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.028.241	-	981.929
20; 24	Provisão para prémios não adquiridos	377.130	-	378.629
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-
	Provisão para sinistros	651.111	-	603.300
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-
21; 24;	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.411.612	17.902	2.818.199
	Contas a receber por operações de seguro direto	294.176	8.139	1.654.570
	Contas a receber por outras operações de resseguro	19.727	-	19.727
	Contas a receber por outras operações	1.097.710	9.763	1.163.629
22; 24	Ativos por impostos	1.091.799	-	866.448
	Ativos por impostos correntes	28.988	-	-
	Ativos por impostos diferidos	1.062.811	-	866.448
23; 24	Acréscimos e diferimentos	31.321	-	31.996
	Outros elementos do ativo	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-
	TOTAL ATIVO	21.628.403	2.589.681	21.913.955

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

		(Valores em euros)	
Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/17	Exercício 31/12/16
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	12.711.989	10.972.484
20	Provisão para prémios não adquiridos	3.112.111	2.954.694
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	8.743.046	9.668.528
	De vida		
	De acidentes de trabalho		
20	De outros ramos	8.743.046	9.668.528
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
20	Provisão para riscos em curso	856.832	426.451
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
25; 30	Outros credores por operações de seguros e outras operações	834.572	673.579
	Contas a pagar por operações de seguro direto	253.498	4.875
	Contas a pagar por outras operações de resseguro		106.299
	Contas a pagar por outras operações	581.074	562.405
22	Passivos por impostos	227.333	226.277
	Passivos por impostos correntes	227.333	226.277
	Passivos por impostos diferidos	-	-
23	Acréscimos e diferimentos	349.892	1.976.371
	Outras Provisões	-	190.125
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	14.123.786	16.116.026
	CAPITAL PRÓPRIO		
26	Capital	7.500.000	7.500.000
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação	914.191	(83.807)
26	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	914.191	(83.807)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	caixa	-	-
	estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	(205.693)	18.857
	Outras reservas	1.718.634	1.718.634
26	Resultados transitados	(3.355.754)	(1.208.091)
26	Resultado líquido do exercício	(1.656.442)	(2.147.663)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	4.914.936	5.797.929
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	19.038.722	21.913.955

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

		2017			(valores em euros)
Rubricas		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	2016
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.285.341	-	10.285.341	10.591.603
5	Prémios brutos emitidos	11.814.952	-	11.814.952	11.966.913
5	Prémios de resseguro cedido	1.311.258	-	1.311.258	1.243.456
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	216.853	-	216.853	168.511
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.499)	-	(1.499)	36.657
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9.599.000	-	9.599.000	9.888.670
	Montantes pagos	10.543.891	-	10.543.891	8.279.497
6; 8; 20	Montantes brutos	10.664.592	-	10.664.592	8.279.497
	Parte dos resseguradores	120.700	-	120.700	-
	Provisão para sinistros (variação)	(944.892)	-	(944.892)	1.609.173
6; 20	Montante bruto	(897.080)	-	(897.080)	1.754.540
	Parte dos resseguradores	47.811	-	47.811	145.367
7; 20	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	430.381	-	430.381	37.062
	Custos e gastos de exploração líquidos	2.864.325	-	2.864.325	2.728.106
8	Custos de aquisição	2.465.006	-	2.465.006	2.341.045
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	(59.436)	-	(59.436)	(44.422)
8	Gastos administrativos	458.755	-	458.755	431.483
	Rendimentos	322.354	-	322.354	450.466
9	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	321.707	-	321.707	446.549
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
9	Outros	646	-	646	3.917
	Gastos financeiros	165.649	-	165.649	158.672
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	80.551	-	80.551	71.745
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
10	Outros	85.097	-	85.097	86.927
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	187.697	-	187.697	23.950
11	De ativos disponíveis para venda	187.697	-	187.697	23.950
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
12	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	134.430	-	134.430	1.016.381
	De ativos disponíveis para venda	175.150	-	175.150	362.456
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	(40.721)	-	(40.721)	653.925
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	(189.409)	(189.409)	(3.868)
14	Outros rendimentos/gastos	-	146.715	146.715	44.115
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(2.398.393)	336.124	(2.062.269)	(2.714.887)
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	15.086	15.086	16.442
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(420.912)	(420.912)	(583.666)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.398.393)	741.950	(1.656.442)	(2.147.663)

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira

Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva

Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

Notas do Anexo		2017	2016
	<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>		
26	Reserva do justo valor		
22	Ativos financeiros disponíveis para venda	997.998	213.992
	Impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda	(224.550)	(48.148)
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	773.449	165.843
	Resultado líquido do exercício	(1.656.442)	(2.147.663)
	Total do rendimento integral do exercício	(882.993)	(1.981.820)

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira

Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva

Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	11.769.745	12.239.185
Pagamentos de sinistros	(10.087.916)	(7.884.084)
Pagamentos de operações de resseguro	(1.316.584)	(1.242.020)
Pagamentos a fornecedores	(1.667.308)	(1.060.645)
Pagamentos ao pessoal	(1.510.618)	(1.493.596)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(37.644)	(7.556)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(11.029)	(153.461)
Fluxo das actividades operacionais	<u>(2.861.355)</u>	<u>397.822</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2.803.604	5.009.977
Investimentos financeiros - DP	151.146	523.950
Juros e proveitos similares	337.254	565.713
Dividendos	-	-
	<u>3.292.003</u>	<u>6.099.640</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(247.097)	(6.558.617)
Investimentos financeiros - DP	-	(150.000)
Activos tangíveis	(3.755)	(48.766)
Activos intangíveis	(112.541)	(343.779)
	<u>(363.394)</u>	<u>(7.101.161)</u>
Fluxo das actividades de investimento	<u>2.928.609</u>	<u>(1.001.522)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares		
Distribuição resultados		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Fluxo das actividades de financiamento		
Variação de caixa e seus equivalentes	67.254	(603.700)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	127.224	730.924
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	194.479	127.224

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

 Fernando Dias Nogueira
Presidente

 António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

 Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração das variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
	Balanço em 31 de Dezembro de 2015	7.500.000	-	(297.799)	67.005	1.718.634	(0)	(1.208.091)	7.779.749
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	213.992	-	-	-	-	213.992
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	(1.208.091)	1.208.091	(0)
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(48.148)	-	-	-	(48.148)
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	213.992	(48.148)	-	(1.208.091)	1.208.091	165.843
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.147.663)	(2.147.663)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2016	7.500.000	-	(83.807)	18.857	1.718.634	(1.208.091)	(2.147.663)	5.797.929
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	997.998	-	-	-	-	997.998
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	(2.147.663)	2.147.663	-
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(224.550)	-	-	-	(224.550)
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	997.998	(224.550)	-	(2.147.663)	2.147.663	773.449
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.656.442)	(1.656.442)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2017	7.500.000	-	914.191	(205.693)	1.718.634	(3.355.754)	(1.656.442)	4.914.936

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A N Seguros, S.A. (“N Seguros”, “Companhia” ou “Seguradora”) foi constituída a 28 de dezembro de 2007, após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) para explorar os ramos Não Vida a 13 de dezembro de 2007. A Companhia iniciou a sua atividade a 1 de fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. Com o objetivo de diversificar a sua oferta e alargar a base de potenciais clientes, em 2012, a Companhia estendeu a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença e, em 2015, para o ramo Responsabilidade Civil Geral.

A N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334 e tem a sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., entidade detentora a 100% do capital da Companhia desde 23 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., são, por sua vez, consolidadas no Montepio Geral Associação Mutualista.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, corresponde aos *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou

diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em 2017, a Companhia adotou as normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 32. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, ainda não são de aplicação obrigatória

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 32.

2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos operacionais Automóvel, Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil Geral.

Quanto ao segmento Automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Os segmentos Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil Geral serão apresentados separadamente.

A Companhia não adotou a IFRS 8 na medida em que não é uma entidade cotada nem se encontra em processo com vista a vir a ser cotada. Nessa base, a informação apresentada cumpre os requisitos de divulgação estabelecidos pela Autoridade de Supervisão.

b) Operações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas nos resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos

de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

e) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que

a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo

a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais dos títulos da dívida por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

v) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- Uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- Uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de resultados.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em

técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Instrumentos de capital

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

j) Contratos de seguro

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

• Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

• **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

• **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o método "pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

• **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo Automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de

acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros da modalidade Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Planos de benefícios Pós-emprego - Plano de contribuição definida

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

As primeiras contribuições anuais do empregador para o plano individual de reforma verificaram-se nas seguintes condições:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Em 2014, foi acordado entre as partes a introdução da cláusula 58º A que determinou um aumento extraordinário do valor a aplicar no PIR, em 1,25% do ordenado base anual dos

trabalhadores, conforme os pressupostos definidos nas alíneas a), b) e c), do n.º 1 de referida cláusula.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto nos resultados.

iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento

p) Locações

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 20.

b) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo

corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. REPORTE POR SEGMENTOS

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos operacionais – Automóvel, Acidentes Pessoais, Doença e Responsabilidade Civil Geral.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos dos resultados dos anos de 2017 e 2016 é apresentado nas tabelas seguintes:

RUBRICAS	(valores em euros)					
	2017					
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença Resp. Civil Geral	Não segmentado	TOTAL	
Prémios Adquiridos	11.427.274	41.665	108.255	20.906	-	11.598.099
Custos com sinistros	(9.703.394)	(12.887)	(48.357)	(2.874)	-	(9.767.511)
Outras provisões e gastos técnicos	(430.381)	-	-	-	-	(430.381)
Margem Técnica	1.293.498	28.778	59.899	18.031	-	1.400.206
Resultado de Resseguro Cedido	(1.144.246)	-	-	-	-	(1.144.246)
Margem Técnica Líquida	149.253	28.778	59.899	18.031	-	255.961
Custos de exploração	(2.821.661)	(10.658)	(26.494)	(5.512)	-	(2.864.325)
Resultado de Exploração	(2.672.409)	18.120	33.404	12.520	-	(2.608.365)
Resultado financeiro	210.688	(62)	(625)	(28)	-	209.972
Resultado Técnico	(2.461.721)	18.058	32.779	12.492	-	(2.398.393)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	336.124	336.124
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	405.827	405.827
Resultado Líquido do Exercício	(2.461.721)	18.058	32.779	12.492	741.950	(1.656.442)

RUBRICAS	(valores em euros)					
	2016					
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença Resp. Civil Geral	Não segmentado	TOTAL	
Prémios Adquiridos	11.649.618	25.898	121.307	1.579	-	11.798.402
Custos com sinistros	(9.965.830)	(10.925)	(57.145)	(137)	-	(10.034.036)
Outras provisões e gastos técnicos	(37.062)	-	-	-	-	(37.062)
Margem Técnica	1.646.727	14.973	64.162	1.443	-	1.727.304
Resultado de Resseguro Cedido	(1.061.432)	-	-	-	-	(1.061.432)
Margem Técnica Líquida	585.294	14.973	64.162	1.443	-	665.872
Custos de exploração	(2.693.614)	(6.007)	(28.071)	(414)	-	(2.728.106)
Resultado de Exploração	(2.108.320)	8.966	36.091	1.029	-	(2.062.234)
Resultado financeiro	(691.853)	(1.536)	(7.077)	(170)	-	(700.636)
Resultado Técnico	(2.800.173)	7.430	29.015	859	-	(2.762.869)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	47.983	47.983
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	567.223	567.223
Resultado Líquido do Exercício	(2.800.173)	7.430	29.015	859	615.206	(2.147.663)

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

No ano de 2017, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 11.814.952 euros, o que representa um decréscimo de 1,27% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2017 e 2016.

2017	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	43.270	1.605	41.665	-	-	41.665
Doença	108.392	136	108.255	-	-	108.255
Automóvel	9.745.361	227.090	9.518.271	(219.361)	-	9.298.910
Responsabilidade Civil	7.578.473	208.917	7.369.556	(219.361)	-	7.150.195
Outras coberturas	2.166.888	18.173	2.148.714	-	-	2.148.714
Resp. Civil Geral	28.160	7.255	20.906	-	-	20.906
Proteção jurídica	328.153	(17.259)	345.412	-	-	345.412
Assistência	1.561.616	(1.974)	1.563.591	(1.091.897)	(1.499)	470.194
Total	11.814.952	216.853	11.598.099	(1.311.258)	(1.499)	10.285.341

(valores em euros)

2016	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	26.231	333	25.898	-	-	25.898
Doença	120.868	(439)	121.307	-	-	121.307
Automóvel	9.773.295	91.781	9.681.514	(77.136)	-	9.604.378
Responsabilidade Civil	7.511.537	89.307	7.422.229	(77.136)	-	7.345.094
Outras coberturas	2.261.758	2.473	2.259.284	-	-	2.259.284
Resp. Civil Geral	2.908	1.329	1.579			1.579
Proteção jurídica	376.081	7.656	368.425	-	-	368.425
Assistência	1.667.531	67.851	1.599.680	(1.166.320)	36.657	470.016
Total	11.966.913	168.511	11.798.402	(1.243.456)	36.657	10.591.603

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2017, de 11,1% (em 2016 era de 10,4%).

6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2017 e 2016:

(valores em euros)

	2017	2016
Montantes pagos	10.543.891	8.279.497
Montantes Brutos	10.664.592	8.279.497
Parte dos resseguradores	(120.700)	-
Provisão para sinistros	(944.892)	1.609.173
Montante bruto	(897.080)	1.754.540
Parte dos resseguradores	(47.811)	(145.367)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9.599.000	9.888.670

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 568.040 euros, em 2017, e 562.942 euros, em 2016.

O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros líquidos de resseguro para os exercícios de 2017 e 2016:

(valores em euros)

	2017	2016
Montantes Pagos	10.543.891	8.279.497
Acidentes Pessoais	17.849	2.124
Doença	45.833	57.175
Automóvel	10.387.090	8.123.926
Responsabilidade Civil	9.113.328	8.051.862
Outras coberturas	1.273.762	72.064
Resp. Civil Geral	2.263	137
Proteção jurídica	15.777	17.691
Assistência	75.080	78.443
Provisão para Sinistros	(944.892)	1.609.173
Acidentes Pessoais	(4.962)	8.801
Doença	2.523	(30)
Automóvel	(943.064)	1.600.402
Responsabilidade Civil	(738.867)	496.203
Outras coberturas	(204.197)	1.104.199
Resp. Civil Geral	612	
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	9.599.000	9.888.670

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2017	2016	Varição
Prémios Adquiridos	11.598.099	11.798.402	(200.303)
Custos com sinistros SD	9.199.471	9.471.094	(271.623)
Custos imputados função sinistros	568.040	562.942	5.098
Custos de exploração	2.864.325	2.728.106	136.220
Prémios de Resseguro	1.311.258	1.243.456	67.802
Rendimentos e Ganhos	510.051	474.417	35.634
Resultado técnico	(2.398.393)	(2.762.869)	364.477
(1) Rácio de sinistralidade	79,32%	80,27%	-1,0%
(2) Rácio de despesas	29,59%	27,89%	1,7%
(3) Rácio combinado	115,82%	114,69%	1,1%
(4) Rácio operacional	-20,68%	-23,42%	2,7%

7. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

O saldo desta rubrica respeita à variação da provisão para riscos em curso, respeitante ao reforço de 430.381 euros. Em 2016, a mesma rubrica tinha apresentado um valor de 37.062 euros (referente ao reforço da provisão).

8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Seguem-se os custos e gastos de exploração líquidos, nos exercícios de 2017 e 2016:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Custos de aquisição		
Custos imputados	2.465.006	2.341.045
Custos de aquisição diferidos (variação)	(59.436)	(44.422)
Total de custos de aquisição	2.405.570	2.296.623
Custos administrativos		
Custos imputados	458.755	431.483
Total de custos administrativos	458.755	431.483
Custos e gastos de exploração líquidos	2.864.325	2.728.106

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente, de acordo com uma chave de repartição, imputados às funções Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos.

A metodologia de imputação seguida no exercício de 2017 manteve-se em linha com a adotada em exercícios anteriores.

No exercício de 2017 foi efetuada a seguinte distribuição dos gastos gerais pelas várias funções:

2017 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	903.291	232.578	329.680	42.805	1.508.354
Fornecimento e serviços externos	1.321.823	182.661	196.314	29.236	1.730.033
Impostos e Taxas	141.812	18.263	6.249	811	167.136
Depreciações do exercício	98.080	25.254	35.797	4.648	163.779
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	7.597	7.597
Total	2.465.006	458.755	568.040	85.097	3.576.899

2016 (valores em euros)					
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	910.635	234.469	332.360	43.153	1.520.617
Fornecimento e serviços externos	1.177.678	151.994	188.343	27.585	1.545.600
Impostos e Taxas	154.348	19.689	6.331	822	181.189
Depreciações do exercício	98.384	25.332	35.908	4.662	164.287
Juros suportados	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	10.704	10.704
Total	2.341.045	431.483	562.942	86.927	3.422.398

Custos com pessoal

Em 2017 e 2016, os Gastos com o Pessoal apresentam a seguinte desagregação:

(valores em euros)		
CUSTOS COM PESSOAL	2017	2016
Remunerações:		
Órgãos Sociais	31.946	31.967
Pessoal	1.130.668	1.129.283
Encargos sobre remunerações	255.778	255.251
Outros benefícios de longo prazo dos empregados	10.793	21.743
Benefícios de cessação de emprego	1.644	8.021
Seguros obrigatórios	30.687	28.729
Gastos de ação social	34.724	34.419
Gastos com formação	9.127	2.831
Outros gastos com pessoal	2.987	8.373
Total	1.508.354	1.520.617

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo e Paulo José Martins Jorge da Silva. Só o segundo aufer remuneração pelo cargo exercido (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha ao seu serviço 60 trabalhadores (em 2016: 63), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro seguinte:

	2017	2016
Direção	-	1
Chefias não comerciais	6	7
Técnicos	6	5
Comerciais	1	2
Administrativos	45	45
Estagiários	2	3
Número médio de trabalhadores	60	63

Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida, em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

A Companhia constituiu este Plano junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante todos os pressupostos previstos no contrato coletivo de trabalho, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições de 2017 ascendeu a 10.793 euros.

Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza, em 2017 e 2016, é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	12.817	13.351
Combustíveis	8.464	8.585
Água	574	629
Impressos	5.394	7.018
Material de escritório	6.438	4.584
Livros e documentação técnica	110	138
Conservação e reparação	6.491	19.514
Rendas e alugueres	249.956	212.835
Despesas de representação	1.115	3.324
Comunicação	202.552	222.353
Deslocações e estadas	16.394	16.237
Seguros	9.296	8.288
Publicidade e propaganda	670.769	540.609
Limpeza, higiene e conforto	10.237	10.147
Contencioso e notariado	32.749	7.610
Vigilância e segurança	34.096	34.096
Trabalhos especializados	331.488	304.721
Quotizações da atividade	29.966	25.199
Gastos com cobrança de prémios	101.128	106.364
Total	1.730.033	1.545.600

Esta rubrica apresenta um aumento de 12% face ao exercício de 2016. A rubrica com maior incremento é a de Publicidade e Propaganda, devendo-se essencialmente à aposta em campanhas de outbound, para aumento das vendas dos produtos não Automóvel e diversificação da carteira, assim como na preparação de um novo site, com vista a permitir a melhoria contínua da experiência do cliente na navegação e aumento das taxas de conversão.

Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura, para os exercícios de 2017 e 2016, é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Taxa para a ASF	28.592	28.960
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	138.544	152.223
Outros	0	6
Impostos e taxas	167.136	181.189
Ativos intangíveis (Nota 19)	27.506	20.629
Outros ativos tangíveis (Nota 18)	136.273	143.657
Depreciações e amortizações do exercício	163.779	164.287
Juros suportados	-	-
Comissões com Gestão de Ativos	7.597	10.704
Comissões	7.597	10.704
Total	338.512	356.180

9. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2017		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	646	646
Títulos de rendimento fixo	321.507	-	321.507
Empréstimos concedidos e contas a receber	200	-	200
Total	321.707	646	322.354

	(valores em euros)		
	2016		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	3.973	3.973
Títulos de rendimento fixo	439.288	-	439.288
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.206	-	7.206
Total	446.494	3.973	450.466

10. GASTOS FINANCEIROS

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento em carteira, no valor de 80.551 euros (2016: 71.745 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 85.097 euros (2016: 86.927 euros) (Ver Nota 8).

11. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2017 e 2016, como segue:

(valores em euros)			
2017			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	187.697	-	187.697
Instrumentos de capital e unidades de participação	20.539	-	20.539
Títulos da dívida	167.158	-	167.158

(valores em euros)			
2016			
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.950	-	23.950
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.475	-	1.475
Títulos da dívida	22.476	-	22.476

12. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

Nos exercícios de 2017 e 2016 reconheceram-se as seguintes perdas de imparidade, líquidas de reversões.

(valores em euros)						
Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2016	Reforço do Ano	Reversão do ano	Saldo de imparidade a 31/12/2017
Obrigações	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.	PTQ06AJM0029	186.266	186.266		372.532
Obrigações	BANCO ESPIRITO SANTO, SA-4.75%-15.01.2018	PTBENJOM0015	519.257			519.257
Obrigações	PORTEL 4.5 16/06/25	XS0221854200	226.270		11.115	- *
Obrigações	PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	XS0462994343	653.925		40.721	- *
UPFIM	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	PTCMHUIIM0015	106.382			- *
Total			1.692.101	186.266	51.836	891.789

* Liberação de Perdas por imparidade por alienação de ativos

13. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar apresenta um saldo de 8.139 euros, decorrente do reforço de 1.622 euros (em 2016 registou-se uma libertação, no valor de 3.868 euros, resultando num saldo de 6.517 euros).

(valores em euros)				
Ajustamentos e Outras Provisões	Saldo a 31/12/2016	Reforço do Ano	Libertação do ano	Saldo a 31/12/2017
Ajustamentos de recibos por cobrar	6.517	1.622	-	8.139
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidos	10.668	-	905	9.763
Outras Provisões	190.125	-	190.125	-
	207.310	1.622	191.030	17.902

No exercício de 2017 registou-se uma libertação de 905 euros em Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, apresentando um saldo a 31 de dezembro de 2017 de 9.763 euros (em 2016 não se verificaram movimentos nesta conta, apresentando um saldo de 10.668 euros).

Em 2017 foi desconstituída a provisão criada em 2015 para mitigar os efeitos de uma eventual perda, na sequência da falsificação de um cheque em que a N Seguros foi lesada. Com efeito, e na sequência do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, condenando a Ré a ressarcir a Companhia do montante subtraído, deixaram de se verificarem os factos que deram origem à provisão criada.

14. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Segue-se informação de 2017 e 2016, referente à rubrica de Outros rendimentos/gastos:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Multas não fiscais	-	-
Multas fiscais	-	(1.577)
Outros gastos	(12.172)	(25.584)
Outros gastos e perdas financeiras	(17.867)	(5.540)
Outros gastos	(30.039)	(32.701)
Rendimentos e ganhos não correntes	23.635	24.491
Outros rendimentos e ganhos financeiros	112.896	
Outros	40.223	52.324
Outros rendimentos	176.754	76.816
Outros rendimentos/(gastos)	146.715	44.115

Em Outros rendimentos “Outros”, encontram-se registados 40.157 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2016: 52.197 euros).

15. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composto pelo seguinte:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Caixa	152	15
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	194.327	127.209
Total	194.479	127.224

16. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é analisado como segue:

(valores em euros)					
2017	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5.792.213	143.676	372.532	348.697	5.912.053
De emissores públicos	3.977.607	80.042	-	287.357	4.345.005
De outros emissores	1.814.607	63.634	372.532	61.340	1.567.048
Outros títulos de rendimento variável	5.827.466	-	-	568.702	6.396.168
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	11.619.679	143.676	372.532	917.399	12.308.221
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4.345.005	-	-	4.345.005	
De outros emissores	1.194.516	-	372.532	1.567.048	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	5.539.521	-	372.532	5.912.053	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.396.168	-	-	6.396.168	
	11.935.689	-	372.532	12.308.221	

(valores em euros)					
2016	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.869.091	172.929	412.537	(160.634)	6.881.386
De emissores públicos	4.019.198	80.059	-	(179.500)	3.919.757
De outros emissores	2.849.893	92.870	412.537	18.866	2.961.629
Outros títulos de rendimento variável	6.676.057	-	106.382	86.665	6.762.722
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.545.148	172.929	518.919	(73.969)	13.644.108
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3919756,57	-	0	3919756,57	
De outros emissores	2.402.830	-	558.799	2.961.629	
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	6.322.587	-	558.799	6.881.386	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.762.722	-	-	6.762.722	
	13.085.309	-	558.799	13.644.108	

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os ativos classificados no nível III correspondem a dívida de curto prazo, pelo que o *book value* corresponde ao seu justo valor.

Estão considerados neste nível papel comercial da AHS Investimentos, SGPS, S.A., que se encontra atualmente em PER. Muito embora o Plano de Revitalização apresentado já tenha sido homologado pelo Tribunal, é do entendimento da Administração a atualização da imparidade no

presente exercício, tendo efetuado um reforço de 25% à imparidade já registada no exercício anterior.

O montante da reserva de justo valor, em 31 de dezembro de 2017, é de 914.191 euros positivos. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado, positivo, de 917.399 euros). O diferencial, no valor negativo de 3.208 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 17).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

A análise de sensibilidade da carteira de títulos a variações das taxas de juro encontra-se detalhada na Nota 28 – Gestão de Riscos, na componente do Risco de Mercado.

17. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, da ASF, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, da ASF, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2017 ainda se encontram em carteira 3 obrigações.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

À data de 31 de dezembro de 2017 a Companhia detinha um investimento de 2.140.474 euros em investimentos desta natureza, dos quais 293.680 respeitam a ativos reclassificados no exercício de 2011.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2017:

	(Valores em euros)				
	31-12-2017				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicos					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	102.095	99.073	2.426	101.499
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	100.553	86.131	2.355	88.487
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	901.629	900.041	33.972	934.012
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	789.509	700.610	10.097	710.707
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	100.264	99.874	3.820	103.694
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	225.902	200.097	1.978	202.075
Total	2.590.000	2.219.952	2.085.825	54.649	2.140.474

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2016:

	(Valores em euros)				
	31-12-2016				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicos					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	106.375	97.200	2.426	99.626
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	100.427	84.737	2.355	87.093
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	937.953	901.164	33.981	935.145
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	799.428	700.875	10.097	710.972
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	104.318	98.261	3.821	102.082
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	259.723	259.723	-	259.723
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	229.928	200.140	1.978	202.118
Total	3.470.000	2.538.152	2.342.101	54.658	2.396.759

18. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	(valores em euros)		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Depreciações do exercício		
							Reforço	Regularizações	Valor Líquido
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	203.858	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	22.417	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	406.753	351.536	3.755	-	-	-	30.479	-	28.493
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	1.340.078	-	-	-	-	105.794	-	96.977
Total	2.175.879	1.917.890	3.755	-	-	-	136.273	-	125.470

No decorrer do exercício foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 3.755 euros. As depreciações são efetuadas pelo método de cálculo das quotas constantes, por duodécimos. No exercício de 2017 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

19. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor Líquido
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software									
Informático	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	275.059	20.629	-	-	-	-	27.506	-	226.924
Ativos intangíveis em curso	381.753	-	112.541	-	-	-	-	-	494.295
Total	1.126.293	490.110	112.541	-	-	-	27.506	-	721.218

20. PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO CEDIDO

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2017 e 2016:

	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3.112.111	377.130	2.734.982	2.954.694	378.629	2.576.065
Provisão para sinistros	8.743.046	651.111	8.091.935	9.668.528	603.300	9.065.228
Provisão para riscos em curso	856.832		856.832	426.451		426.451
Total	12.711.989	1.028.241	11.683.748	13.049.673	981.929	12.067.744

Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2017 e 2016.

	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	3.890.139	377.130	3.513.009	3.673.286	378.629	3.294.657
Acidentes Pessoais	3.334	-	3.334	1.729	-	1.729
Doença	5.207	-	5.207	5.071	-	5.071
Automóvel	3.230.046	-	3.230.046	3.002.955	-	3.002.955
Resp. Civil Geral	8.659	-	8.659	1.404	-	1.404
Proteção Jurídica	103.527	-	103.527	120.787	-	120.787
Assistência	539.366	377.130	162.236	541.340	378.629	162.711
Custos de aquisição diferidos	(778.028)	-	(778.028)	(718.592)	-	(718.592)
Acidentes Pessoais	(667)	-	(667)	(338)	-	(338)
Doença	(1.041)	-	(1.041)	(992)	-	(992)
Automóvel	(646.009)	-	(646.009)	(587.458)	-	(587.458)
Rep. Civil Geral	(1.732)	-	(1.732)	(275)	-	(275)
Proteção Jurídica	(20.705)	-	(20.705)	(23.629)	-	(23.629)
Assistência	(107.873)	-	(107.873)	(105.901)	-	(105.901)
Total	3.112.111	377.130	2.734.982	2.954.694	378.629	2.576.065

Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com o quadro seguinte:

	2017			2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	8.077		8.077	15.016		15.016
Doença	2.523		2.523	-		-
Automóvel	8.731.834	651.111	8.080.723	9.653.512	603.300	9.050.212
Resp. Civil Geral	612		612	-		-
Proteção Jurídica	-		-	-		-
Assistência	-		-	-		-
Total	8.743.046	651.111	8.091.935	9.668.528	603.300	9.065.228

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 490.129 euros (em 2016 era de 415.345 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 291.231 euros (em 2016 era de 252.494 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais relativos à provisão para sinistros, bem como a indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

Ano	(valores em euros)									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2008	2.521.884	838.760	793.531	511.347	343.504	194.111	128.180	60.147	19.444	16.355
2009	-	6.201.632	2.600.912	1.605.871	1.474.104	1.307.783	1.043.574	610.725	551.109	101.764
2010	-	-	7.738.759	1.909.137	1.214.034	766.203	455.024	186.770	211.072	131.074
2011	-	-	-	6.997.198	1.952.212	1.207.313	1.370.455	945.859	1.067.255	588.836
2012	-	-	-	-	4.893.399	825.498	400.775	352.244	259.784	367.177
2013	-	-	-	-	-	4.204.532	962.935	661.294	776.956	634.534
2014	-	-	-	-	-	-	3.720.116	1.095.028	667.604	667.677
2015	-	-	-	-	-	-	-	3.840.423	1.370.994	568.088
2016	-	-	-	-	-	-	-	-	4.744.311	1.321.497
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.346.010
Montantes pagos para os anos de ocorrência	1.855.418	7.558.358	9.517.242	11.020.490	11.004.731	9.901.412	9.294.748	8.993.318	8.279.497	10.664.592

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2017, é o seguinte:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/16 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/17 (3)	Reajustamentos s (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	15.016	12.121	2.242	(653)
Doença		8.607	-	8.607
Automóvel	9.653.512	5.378.614	4.394.794	119.896
Responsabilidade Civil	9.068.892	4.938.322	4.311.879	181.309
Outras coberturas	584.620	440.292	82.915	(61.413)
Resp. Civil Geral	-	518	-	518
Proteção jurídica	-	6.036	-	6.036
Assistência	-	28.723	-	28.723
Total	9.668.528	5.434.618	4.397.036	163.126

* Sinistros ocorridos em 2016 e anteriores

Em 2016, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/15 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/16 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	6.305	1.311	11.363	6.369
Doença	30	11.421	-	11.391
Automóvel	7.746.155	3.552.757	4.912.854	719.457
Responsabilidade Civil	7.231.856	3.540.092	4.790.310	1.098.546
Outras coberturas	514.299	12.665	122.545	(379.089)
Resp. Civil Geral	-	47	-	47
Proteção jurídica	-	6.037	-	6.037
Assistência	-	26.770	-	26.770
Total	7.752.489	3.598.344	4.924.217	770.072

* Sinistros ocorridos em 2015 e anteriores

No final do exercício de 2017, os custos com sinistros brutos, por ramo, são os seguintes:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2017 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	15.769	2.080	(4.962)	12.887
Doença	40.622	5.211	2.523	48.357
Automóvel	10.039.252	468.538	(895.253)	9.612.538
Responsabilidade Civil	8.869.670	364.358	(691.056)	8.542.972
Outras coberturas	1.169.583	104.180	(204.197)	1.069.565
Resp. Civil Geral	909	1.354	612	2.874
Proteção jurídica	-	15.777	-	15.777
Assistência	-	75.080	-	75.080
Total	10.096.551	568.040	(897.080)	9.767.511

Os custos com sinistros, a 31 de dezembro de 2016, eram como segue:

(valores em euros)				
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2016 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	890	1.234	8.801	10.925
Doença	51.489	5.686	(30)	57.145
Automóvel	7.664.175	459.751	1.745.769	9.869.695
Responsabilidade Civil	7.698.507	353.355	641.570	8.693.432
Outras coberturas	(34.332)	106.397	1.104.199	1.176.264
Resp. Civil Geral	-	137	-	137
Proteção jurídica	-	17.691	-	17.691
Assistência	-	78.443	-	78.443
Total	7.716.554	562.942	1.754.540	10.034.036

Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

(valores em euros)		
	2017	2016
Provisão para riscos em curso		
Acidentes Pessoais	-	-
Doença	-	-
Automóvel	856.832	426.451
Resp. Civil Geral	-	-
Proteção Jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	856.832	426.451

21. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Recibos em cobrança (1)	283.594	1.640.562
Reembolsos de sinistros	10.582	20.526
Por operações de seguro direto	294.176	1.661.087
Resseguradores conta corrente	19.727	
Contas a receber por outras operações de resseguro	19.727	-
Pessoal	-	3.259
IDS (Indemnização Direta ao Segurado)	1.017.499	1.073.312
Outros devedores	80.211	97.726
Por outras operações	1.097.710	1.174.297
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	1.411.612	2.835.384

(1) No exercício de 2017, a Companhia deixou de contabilizar a receita antecipada, pelo que a rubrica de recibos em cobrança inclui, em 31 de dezembro de 2017, o valor dos recibos de prémio cujo período de risco já se iniciou, perfazendo o valor de 283.594 euros (Em 2016: 266.657).

Esta alteração de critério justifica-se pela necessidade de espelhar de forma mais rigorosa os valores efetivamente em dívida, desconsiderando o valor dos recibos cujo período de risco ainda não se iniciou e que por essa razão ainda não são devidos à Companhia.

22. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2017 de 2016 as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Ativos por impostos correntes		
Reembolsos Segurança Social	6.817	
Imposto sobre o rendimento	22.172	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	-
Total	28.988	-
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar		387
Retenções na fonte	16.887	21.765
Imposto de selo	89.138	85.649
Taxa FGA	51.087	46.201
Taxa INEM	24.742	23.849
Taxa ASF	14.395	14.226
Contribuições para a Segurança Social e FCT	28.323	29.625
IVA	2.760	4.575
Total	227.333	226.277

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Imposto Corrente	15.086	16.442
Imposto Diferido	(420.912)	(583.666)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(405.827)	(567.223)

Em 31 de dezembro de 2017 estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 15.086 euros, respeitante a tributações autónomas. Neste exercício a Companhia apresenta prejuízo fiscal, pelo que não se encontra registado qualquer valor respeitante a IRC estimado do exercício, para além das tributações autónomas.

Os quadros seguintes evidenciam a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva, nos exercícios de 2017 e 2016:

	(valores em euros)	
	2017	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2017	(2.062.269)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(433.076)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	15.086	
Outros	12.164	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(405.827)	

	(valores em euros)	
	2016	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2016	(2.714.887)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(570.126)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	16.442	
Outros	(13.539)	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(567.223)	

A taxa de imposto diferido para a Companhia é analisado como segue:

	2017	2016
Taxa IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa Derrama Estadual	-	-
Total (b)	22,5%	22,5%

(a) aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os impostos diferidos reconhecimentos no balanço são como segue:

	(valores em euros)			
	2017	Varição reconhecida em resultados	Varição em Capitais Próprios	2016
Impostos Diferidos Ativos	1.062.811	420.912	(224.550)	866.448
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	(5.040)	(222.848)	(224.550)	442.357
Reserva de justo valor	(205.693)	-	(224.550)	18.857
Provisões e imparidades não aceites	200.653	(222.848)	-	423.501
POR PREJUÍZOS FISCAIS	1.067.851	643.761	-	424.090
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos/(Passivos) líquidos	1.062.811	420.912	(224.550)	866.448

Os impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2017	2016	2015
2022	643.761		
2027			69.110
2028		354.980	
Total	643.761	354.980	69.110

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas contas da Companhia têm por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período compreendido entre 2018 e 2022. A recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da verificação dos pressupostos assumidos no referido Plano de Negócios, sendo determinante a evolução da conjuntura económico-financeira e do mercado.

23. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados em 2017 e 2016 os seguintes acréscimos e diferimentos:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Acréscimos e diferimentos ativos		
Outros acréscimos de rendimentos	-	24
Gastos diferidos com seguros	-	2.975
Outros gastos diferidos	31.321	28.996
Total	31.321	31.996
Acréscimos e diferimentos passivos		
Receita antecipada diferida	-	(1.620.540)
Juros a liquidar	-	-
Acréscimos de custos com remunerações	(207.910)	(210.174)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	(141.982)	(145.657)
Total	(349.892)	(1.976.371)

Relativamente à receita antecipada, ver explicação na Nota 21.

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

24. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

(valores em euros)			
	2017		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479	-	194.479
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.734	2.734
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.396.168	-	6.396.168
Títulos de dívida	5.912.053	-	5.912.053
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	2.140.474	-	2.140.474
Outros ativos tangíveis	25.094	100.376	125.470
Outros ativos	-	4.267.343	4.267.343
Total	14.668.268	4.370.454	19.038.722

(valores em euros)			
	2016		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224		127.224
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.175	2.175
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.762.722	-	6.762.722
Títulos de dívida	6.881.386	-	6.881.386
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	150.946	-	150.946
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	2.396.759	-	2.396.759
Outros ativos tangíveis	51.598	206.391	257.988
Outros ativos	-	5.334.755	5.334.755
Total	16.370.635	5.543.320	21.913.955

A percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Companhia é, no exercício de 2017, de 115% (2016: 125%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

25. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é analisado como segue:

Outros credores por operações de seguros e por outras operações

	(valores em euros)	
	2017	2016
Estornos a pagar	13.057	4.875
Prémios recebidos antecipadamente	240.442	-
Por operações de seguro direto	253.498	4.875
Resseguradores conta corrente	-	106.299
Por outras operações de resseguro	-	106.299
Fornecedores	215.559	172.435
Pessoal	694	289
Outros credores	364.820	389.681
Por outras operações	581.074	562.405
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	834.572	673.579

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital próprio da Companhia ascende ao valor de 4.915 milhares de euros.

Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por um milhão e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Montepio Seguros SGPS, SA.

Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	917.399	(73.961)
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	(3.208)	(9.846)
Reserva por impostos diferidos	(205.693)	18.857
Total	708.498	(64.950)

Outras Reservas

Nesta rubrica estão registados 1.688 milhares de euros em Reservas Livres e 30.214 em Reserva Legal.

Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	(valores em euros)	
	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	(1.656.442)	(2.147.663)
Número total de ações (Nota 28)	1.500.000	1.500.000
Resultado por ação	-1,10	-1,43

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da N Seguros as empresas subsidiárias e associadas da Associação Mutualista Montepio Geral, bem como os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Por via da celebração de um contrato de compra e venda de ações, celebrado em 23/12/2016, a N Seguros passou a ser detida a 100% pela Montepio Seguros SGPS, SA, cujo capital é detido em 89,546% pela Montepio Geral – Associação Mutualista, 8,348% pela Lusitania, Companhia de Seguros S.A, e 2,105% pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A.

Nos exercícios de 2017 e 2016 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Conselho Fiscal	12.725	12.725
	12.725	12.725
Conselho de Administração *		
Remunerações	19.220	19.160
Encargos sociais	5.056	5.039
	24.276	24.199
Direção Executiva		
Remunerações	49.849	79.250
Encargos sociais	12.082	20.843
	61.931	100.093

* Remuneração do Administrador executivo *

O decréscimo verificado no valor das remunerações na Direção Executiva, deve-se à saída do Diretor Executivo, deixando de haver esta função na Companhia.

Em 2017, a contribuição entregue para o PIR (plano individual de reforma), a favor da Direção Executiva, perfaz o valor de 535 euros.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo e Paulo José Martins Jorge da Silva. Só o segundo aufer remuneração pelo cargo exercido.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal	4.920	4.920
1º Vogal	4.305	4.305
2º Vogal *	3.500	3.500
	12.725	12.725

(valor dos serviços prestados com IVA incluído)

* isento de IVA

Os Revisores Oficiais de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas, receberam a título de honorários de 2017 o valor de 38.975 euros, excluindo IVA (Nota 8). Adicionalmente foram propostos outros serviços de garantia de fiabilidade no âmbito do reporte sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, quanto ao reporte dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais no montante de 5.000 euros.

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2017 e 2016:

- Caixa Económica Montepio Geral – Caixa Económica Bancária, S.A.
- Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A.
- Montepio Crédito – Instituição Financeira de crédito S.A.
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Montepio Holding SGPS, S.A.

Nos exercícios de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

(valores em euros)						
2017						
Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo						
Depósitos à ordem	-	-	43.772	-	-	43.772
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Gastos Diferidos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
outras operações	339.282	-	-	621	-	339.903
Ganhos e Perdas						
Fornecimentos e Serviços Externos	(161.809)	(28.362)	-	(7.597)	(16.059)	(213.827)
Juros de investimentos	-	-	200	-	-	200
Imparidades	-	-	-	-	-	-

(valores em euros)						
2016						
Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo						
Depósitos à ordem	-	-	815	-	-	815
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	150.946	-	-	150.946
Ativos Financeiros	-	-	92.620	-	-	92.620
Gastos Diferidos	2.975	-	-	-	-	2.975
Passivo						
outras operações	908	-	-	726	99	1.733
Ganhos e Perdas						
Fornecimentos e Serviços Externos	(158.859)	(37.591)	-	(10.704)	(18.636)	(225.789)
Juros de investimentos	-	-	7.164	20.065	-	27.229
Imparidades	-	-	(106.382)	-	-	(106.382)

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado, nas respetivas datas.

28. GESTÃO DE RISCOS

Após a entrada em vigor, em 2016, do novo regime Solvência II, o exercício de 2017 ficou marcado pela consolidação da visão integrada da gestão do risco nos processos e quotidiano das Companhias.

O novo regime apresenta uma visão integrada da gestão de riscos das empresas de seguros e corresponde à transposição da Diretiva Solvência II (2009/138/CE).

No âmbito deste regime, são exigidos reportes quantitativos e qualitativos relativos a esta temática (de acordo com a Norma Regulamentar 08/2016, alterada entretanto pela Norma 01/2018).

A N Seguros, em linha com o efetuado no ano de 2016, irá proceder aos devidos reportes com data de referência de 31 de dezembro de 2017, nomeadamente no reporte do Relatório SFCR que se irá debruçar de forma mais detalhada sobre os vários riscos a que a Companhia se encontra exposta.

Ainda assim, a N Seguros considera adequado apresentar alguns indicadores de acompanhamento de alguns riscos que são importantes para a sua atividade.

De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, os princípios inerentes à gestão de riscos na N Seguros, os quais integram o enquadramento legal existente e a necessidade de equilibrar a gestão da performance da Companhia com a gestão dos respetivos riscos, contribuindo para um crescimento sustentável da Empresa.

Com efeito, as principais categorias identificadas para a N Seguros foram as que se seguem, definidas do seguinte modo:

a. Risco Estratégico: Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas ao nível dos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como à implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.

b. Risco Específico de Seguros: Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

c. Risco de Mercado: Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.

d. Risco de Crédito: Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionem. Nos casos relacionados com a qualidade creditícia, o risco deverá também ser analisado como oportunidade, no caso da alteração se revelar mais positiva do que a anterior.

e. Risco de Concentração: Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.

f. Risco de Liquidez: Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que eles se vencem.

g. Risco Operacional: Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

h. Risco de Compliance: Risco de ocorrência de impactos negativos no modelo de negócio da Companhia, na sua reputação, integridade ou condição financeira, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. Este risco pode surgir como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.

i. Risco de Reputação: Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Resulta também do desempenho da empresa nos outros riscos.

Das várias categorias de Risco identificadas, gostaríamos de abordar, de forma sucinta, as seguintes:

Risco Específico de Seguros

Existem várias vertentes associadas a este risco, nomeadamente: o desenho de produtos e a tarifação; a subscrição; o provisionamento das responsabilidades; a gestão dos processos de sinistro e o resseguro.

Uma das subcategorias mais importantes é o risco associado à subscrição. Aí estão representados os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na

garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2016 aos valores efetivamente verificados, apurou-se uma margem de conforto considerável:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

Ano Ocorrência	(valores em euros)		
	Utilização IBNR		
	Previstos	Verificados	Diferença
2009	-	(40)	40
2010	-	(1.224)	1.224
2011	-	(991)	991
2012	1.756	1.388	367
2013	6.677	42.882	(36.205)
2014	22.083	8.859	13.224
2015	49.601	17.181	32.420
2016	335.229	229.784	105.445
Total	415.345	297.840	117.505

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados:

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2009	-	-	-	-	-	-	-	1	(1)
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	3	-	3
2013	-	-	-	-	-	-	7	-	7
2014	5	2	3	1	-	1	22	-	22
2015	12	6	6	3	2	1	38	2	36
2016	199	178	21	11	6	5	87	39	48
Total	216	186	30	15	8	7	157	42	115

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Companhia optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade líquida de Resseguro, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável (€409.830,587, relativamente a sinistros do exercício), implica uma alteração de €647.680,58 no resultado.

A N Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2017 Euros		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	3.629	3.060	2.490	1.624	729	(166)	(1.062)	(1.957)	(2.852)
	-15%	3.506	2.936	2.332	1.442	547	(349)	(1.244)	(2.139)	(3.034)
	-10%	3.383	2.813	2.155	1.260	365	(531)	(1.426)	(2.321)	(3.217)
	-5%	3.260	2.690	1.973	1.078	182	(713)	(1.608)	(2.504)	(3.399)
	0%	3.136	2.567	1.791	895	-	(895)	(1.791)	(2.686)	(3.581)
	5%	3.013	2.443	1.608	713	(182)	(1.078)	(1.973)	(2.868)	(3.763)
	10%	2.890	2.313	1.426	531	(365)	(1.260)	(2.155)	(3.050)	(3.946)
	15%	2.767	2.136	1.244	349	(547)	(1.442)	(2.337)	(3.233)	(4.128)
	20%	2.643	1.957	1.062	166	(729)	(1.624)	(2.520)	(3.415)	(4.310)

2016 Euros		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	3.220	2.639	2.057	1.476	669	(218)	(1.117)	(2.016)	(2.915)
	-15%	3.103	2.522	1.940	1.359	503	(389)	(1.287)	(2.186)	(3.085)
	-10%	2.986	2.405	1.823	1.208	338	(559)	(1.458)	(2.357)	(3.256)
	-5%	2.869	2.288	1.706	1.043	170	(729)	(1.628)	(2.527)	(3.426)
	0%	2.752	2.171	1.589	877	-	(899)	(1.798)	(2.697)	(3.596)
	5%	2.635	2.054	1.472	712	(170)	(1.069)	(1.968)	(2.867)	(3.766)
	10%	2.518	1.936	1.355	547	(340)	(1.239)	(2.138)	(3.037)	(3.936)
	15%	2.401	1.819	1.238	381	(510)	(1.409)	(2.308)	(3.207)	(4.106)
	20%	2.284	1.702	1.086	216	(681)	(1.580)	(2.479)	(3.378)	(4.277)

Para além do Risco Específico de Seguros, a N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Isto é, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde a uma incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades se os rendimentos gerados pelos ativos não cobrirem as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e de gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Risco de Mercado

Conforme definido anteriormente, o risco de mercado deriva em grande parte do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Na N Seguros, a gestão do risco de mercado é feita sobretudo através dos princípios constantes na sua política de Investimento, respeitando as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 a sensibilidade da carteira (*duration*) a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado situa-se nos 4,10. Representa um decréscimo de 0,13 relativamente ao mesmo período de 2016, decorrente essencialmente da diminuição das maturidades médias das obrigações detidas em carteira.

N Seguros	dez-16	dez-17
<i>Duration</i>	4,23	4,1
(Em número de anos)		

Em 2017 e 2016, o impacto estimado no valor da carteira originado por uma variação de 100 “basis points” da taxa de juro, apresenta a seguinte decomposição:

(valores em euros)			(valores em euros)		
2017			2016		
	-100 pb	+100 pb		-100 pb	+100 pb
Impacto:	342.571	(317.737)	Impacto:	406.527	(378.404)
Pressupostos:			Pressupostos:		
Carteira de títulos analisada		8.052.527	Carteira de títulos analisada		9.278.145
Duration		4,10	Duration		4,23
Convexidade		30,84	Convexidade		30,31
Variação Taxa de juro (bp)		100,0	Variação Taxa de juro (bp)		100,0

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia das várias contrapartes.

Neste âmbito, consideramos pertinente efetuar algumas análises, nomeadamente quanto à qualidade creditícia do nosso painel de resseguradores, e à qualidade dos títulos de dívida em carteira.

No que diz respeito à qualidade creditícia dos resseguradores, apresentamos de seguida o rating dos elementos constantes no nosso painel:

RESSEGURADOR	2017	2016
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES	AA-	AA-
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESEL	AA-	AA-
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A	A
MAPFRE RE	A	A
NACIONAL REASEGUROS PER AON BENFIE	A-	A-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A	A-
PARTNER RE PER AON BENFIELD	A+	A+
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	AA-	AA-

No quadro seguinte podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, detidos pela Companhia:

(valores em euros)				
Rating	2017	Peso	2016	Peso
AAA	-	0%	-	0%
AA	-	0%	-	0%
AA-	-	0%	-	0%
A+	-	0%	-	0%
A	-	0%	-	0%
A-	-	0%	-	0%
BBB+	-	0%	-	0%
BBB	3.721.120	46%	1.604.309	17%
BBB-	2.089.389	26%	1.137.263	12%
BB+	606.087	8%	4.249.151	46%
BB	225.693	3%	210.797	2%
BB-	-	0%	203.694	2%
B+	-	0%	-	0%
B	-	0%	-	0%
B-	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	-	0%
CCC-	-	0%	-	0%
D	-	0%	351.016	4%
n.a.	1.410.239	18%	1.521.914	16%
Total	8.052.527	100%	9.278.145	100%

Adicionalmente, efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida pelos vários setores de atividade:

(valores em euros)				
Setor	2017	Peso	2016	Peso
Materiais Básicos		0%		0%
Comunicações	225.531	3%	567.714	6%
Bens de Consumo, Cíclico		0%	316.307	3%
Bens de Consumo, Não Cíclico		0%		0%
Energia		0%	646.807	7%
Financeiro	575.837	7%	758.221	8%
Estatat	4.534.991	56%	4.106.475	44%
Matérias Primas	2.117.943	26%	2.113.024	23%
Industrial	225.693	3%	210.797	2%
Diversificado	372.532	5%	558.799	6%
Total	8.052.527	100%	9.278.145	100%

De seguida, evidenciam-se os títulos de dívida por país de risco do emitente:

(valores em euros)				
País de Risco	2017	Peso	2016	Peso
ALEMANHA	-	0%	-	0%
ESPAÑA	103.694	1%	102.082	1%
FRANÇA	-	0%	316.307	3%
HOLANDA	1.080.236	13%	1.075.797	12%
ITÁLIA	225.531	3%	216.698	2%
PORTUGAL	6.067.229	75%	7.012.733	76%
SUIÇA	575.837	7%	554.527	6%
Total	8.052.527	100%	9.278.145	100%

É possível verificar que os títulos de dívida de emitentes portugueses representam 75% do total.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos de dívida pública por país:

(valores em euros)				
Dívida pública	2017	Peso	2016	Peso
ALEMANHA		0%		0%
ESPAÑA		0%		0%
ITÁLIA		0%		0%
PORTUGAL	4.534.991	100%	4.106.475	100%
HOLANDA		0%		0%
FRANÇA		0%		0%
Total	4.534.991	100%	4.106.475	100%

O valor dos títulos de dívida pública encontram-se exclusivamente concentrados em Portugal.

Risco de Liquidez

Este risco advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com as suas responsabilidades perante tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando devidas.

No quadro seguinte, podemos verificar a maturidade dos títulos de dívida em carteira:

(valores em euros)				
Maturidade dos ativos	2017	Peso	2016	Peso
Até 12 meses	1.511.738	19%	762.493	8%
1 a 3 anos	1.381.824	17%	1.396.576	15%
3 a 5 anos	1.837.457	23%	3.489.811	38%
5 e mais anos	3.321.508	41%	3.629.265	39%
Total	8.052.527	100%	9.278.145	100%

Em 2017, os títulos de dívida com maior peso têm uma maturidade superior ou igual a 5 anos, representando cerca de 41% do total destes ativos.

Em 2017 e 2016, as maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

(valores em euros)					
Risco de Liquidez 2017	Maturidade				
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479				194.479
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Outros investimentos	2.734				2.734
Ativos disponíveis para venda	6.768.700		2.218.013	3.321.508	12.308.221
Dívida Pública	0		1.824.865	2.520.141	4.345.005
Outros Emissores	372.532		393.148	801.368	1.567.048
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.396.168				6.396.168
Empréstimos e contas a receber	0				0
Outros depósitos	0				0
Investimentos a deter até à maturidade	1.139.206		1.001.268		2.140.474
Dívida Pública	101.499		88.487		189.986
Outros Emissores	1.037.706		912.782		1.950.488
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.393.711				1.393.711
Total dos Ativos Financeiros	9.498.829	0	3.219.281	3.321.508	16.039.619
Passivos Financeiros					0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	834.572				834.572
Total dos Passivos Financeiros	834.572	0	0	0	834.572
Líquido	8.664.257	0	3.219.281	3.321.508	15.205.046

(valores em euros)					
Risco de Liquidez 2016	Maturidade				
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.224				127.224
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Outros investimentos	2.175				2.175
Ativos disponíveis para venda	7.525.215		2.489.628	3.629.265	13.644.108
Dívida Pública	0		1.315.716	2.604.041	3.919.757
Outros Emissores	762.493		1.173.912	1.025.224	2.961.629
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.762.722				6.762.722
Empréstimos e contas a receber	150.946				150.946
Outros depósitos	150.946				150.946
Investimentos a deter até à maturidade	1.037.227	1.272.440	87.093		2.396.759
Dívida Pública	0	99.626	87.093		186.718
Outros Emissores	1.037.227	1.172.814			2.210.041
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.818.199				2.818.199
Total dos Ativos Financeiros	11.660.986	1.272.440	2.576.721	3.629.265	19.139.411
Passivos Financeiros					0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	673.579				673.579
Total dos Passivos Financeiros	673.579	0	0	0	673.579
Líquido	10.987.407	1.272.440	2.576.721	3.629.265	18.465.832

Risco Operacional

Risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui, ainda, o risco resultante

de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Ao nível dos sistemas de informação, o modelo de redundância de gestão de sistemas existente na N Seguros permite à Companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra disrupção na continuidade do negócio.

Sistema de Gestão de Risco

A estrutura de governação dos Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno da N Seguros encontra-se suportada no modelo das três linhas de defesa, permitindo, deste modo, uma gestão transversal do risco e a construção de um adequado ambiente de controlo interno:

A primeira linha de defesa, face aos riscos inerentes ao negócio, é constituída pela ação desenvolvida por todas as áreas de negócio ou de suporte da Companhia, sendo responsáveis pela gestão diária dos riscos. Este processo envolve a identificação, a avaliação e o reporte das exposições aos riscos, tendo em consideração o apetite ao risco e as políticas da Companhia.

A segunda linha de defesa inclui a Função de Gestão de Risco, que complementa as atividades de gestão de risco da primeira linha de defesa, através da monitorização e do reporte das respetivas responsabilidades. Por outro lado, é responsável pela monitorização das atividades da Companhia que possam resultar numa tomada de risco, avaliando os mesmos de forma independente da área de negócio.

A Função de *Compliance* encontra-se igualmente refletida na segunda linha de defesa, devendo monitorizar, de forma contínua, o cumprimento com a legislação, regulamentação, regras internas e políticas da Companhia.

A terceira linha de defesa consiste na Função de Auditoria Interna. Entre outros aspetos, é responsável por efetuar uma avaliação autónoma e objetiva da qualidade e eficiência do *Framework* de governação dos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Adicionalmente, o *Framework* definido determina a importância das Áreas de Gestão efetuarem uma identificação e análise crítica dos riscos. Em complemento, desta atividade, seguindo os princípios da descentralização, as Funções – Chave são responsáveis pelo bom funcionamento dos sistemas.

29. COMPROMISSOS

Em 2017, os montantes registados em Locação respeitam a contratos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, celebrados com a empresa Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Seguem-se os valores das responsabilidades assumidas pela Companhia no exercício de 2017:

(valores em euros)			
2017			
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5
Aluguer Operacional de Viaturas	95.788	14.403	11.783
Total	95.788	14.403	11.783

Em 2017 as responsabilidades com o aluguer de viaturas sem condutor ascenderam ao valor de 24.250 euros.

30. JUSTO VALOR

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(valores em euros)				
ATIVOS	2017		2016	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479	194.479	127.224	127.224
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	150.946	150.946
Investimentos a deter até à maturidade	2.140.474	2.274.600	2.396.759	2.538.152
Outros devedores	1.393.711	1.393.711	2.818.199	2.818.199
Total	3.728.663	3.862.790	5.493.128	5.634.521
PASSIVOS	2017		2016	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	-	-	-	-
Outros Credores	834.572	834.572	673.579	673.579
Total	834.572	834.572	673.579	673.579

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

32. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias

atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior

abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção tem por base o entendimento já transmitido pela ASF que irá adotar esta alteração do IFRS 4. Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro

de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações me moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a

legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma

associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31 de Dezembro de 2017

N SEGUROS, S.A.
Anexo 1

(valores em euros)

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							unitário*	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
	FUNDO COMPENSACAO TRABALHO	2.689,30			1,02	2.734,20		2.734
	sub-total	2.689,30				2.734,20		2.734
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
	PGB 4.1% 15/04/37		289.000,00	101,98		294.714,89	121,65	351.576
PTOTESOE0007			400.000,00	101,78		407.126,36	108,79	435.156
PTOTESOE0013	PGB 2.20% 17/10/2022 - Tx. 2.20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)		887.000,00	103,30		916.305,95	110,55	980.574
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25 - Tx. 2.88%		100.000,00	100,40		100.397,00	101,50	101.499
PTOTENOE0018	OT-4.45%-15.06.2018		90.000,00	97,33		87.593,92	98,32	88.487
PTOTECOE0029	OT-4.8%-15.06.2020		350.000,00	100,05		350.182,00	108,73	380.556
XS0230315748	PARPUBLICA 3,567 09/22/20		900.000,00	127,49		1.147.414,30	132,00	1.187.991
PTOTEQOE0015	OT 5,65 02/15/2024		900.000,00	107,45		967.089,09	112,13	1.009.152
PTPETUOM0018	PARPUBLICA 3,75 07/05/2021		3.916.000,00			4.270.823,51		4.534.991
	sub-total							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBENJOM0015	BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018		500.000,00	98,52		492.606,03		
PTRELBOE0017	REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018		900.000,00	100,54		904.856,24	103,78	934.012
PTCPEDOM0000	REFER 4,25% 12/13/2021		200.000,00	108,30		216.609,55	112,85	225.693
PTQ06AJM0029	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.		700.000,00	100,00		700.000,00	53,22	372.532
	sub-total		2.300.000,00			2.314.071,82		1.532.238
	total	2.689,30	6.216.000,00			6.587.629,53		6.069.963
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
	DBX II SOV EUROZ ETF	1.849,00			231,19	427.465,63	229,36	424.087
LU0290355717	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	9.474,06			88,47	838.157,89	132,59	1.256.166
IE00BLNMPR11	Mercer Passive Global Equity UCITS	18.719,33			76,76	1.436.842,11	119,71	2.240.891
IE00BP3S8S98	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 1	6.508,97			69,14	450.000,00	101,27	659.163
IE00BP3S8T06	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 2	6.615,15			68,03	450.000,00	99,40	657.546
IE00BYNFXR72	MGI Absolute Return Fixed Income Fund	11.500,35			71,74	825.000,00	100,72	1.158.315
	sub-total	54.666,86				4.427.465,63		6.396.168
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020		700.000,00	100,25		701.771,72	101,53	710.707
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000,00	99,87		99.867,91	103,69	103.694
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020		200.000,00	100,15		200.302,68	101,04	202.075
XS0972523947	CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025		500.000,00	111,95		559.765,93	115,17	575.837
XS1111324700	EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022		150.000,00	104,29		156.439,11	111,64	167.455
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023		200.000,00	104,46		208.913,65	112,77	225.531
	sub-total		1.850.000,00			1.927.061,00		1.985.298
	total	54.666,86	1.850.000,00			6.354.526,63		8.381.466
	3 - TOTAL GERAL	57.356,16	8.066.000,00			12.942.156,16		14.451.429

* Inclui o valor dos juros decorridos

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2017
Anexo 2

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/16 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/17 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	15.016	12.121	2.242	(653)
Doença		8.607	-	8.607
Automóvel	9.653.512	5.378.614	4.394.794	119.896
Responsabilidade Civil	9.068.892	4.938.322	4.311.879	181.309
Outras coberturas	584.620	440.292	82.915	(61.413)
Resp. Civil Geral	-	518	-	518
Proteção jurídica	-	6.036	-	6.036
Assistência	-	28.723	-	28.723
Total	9.668.528	5.434.618	4.397.036	163.126

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

 Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

 António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

 Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2017
Anexo 3

	(valores em euros)			
Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2017 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	15.769	2.080	(4.962)	12.887
Doença	40.622	5.211	2.523	48.357
Automóvel	10.039.252	468.538	(895.253)	9.612.538
Responsabilidade Civil	8.869.670	364.358	(691.056)	8.542.972
Outras coberturas	1.169.583	104.180	(204.197)	1.069.565
Resp. Civil Geral	909	1.354	612	2.874
Proteção jurídica	-	15.777	-	15.777
Assistência	-	75.080	-	75.080
Total	10.096.551	568.040	(897.080)	9.767.511

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A. 2017

Anexo 4

(valores em euros)

Discriminação de alguns valores por ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes Pessoais	43.270	41.665	12.887	10.379	
Doença	108.392	108.255	48.357	26.773	
Automóvel	9.745.361	9.518.271	9.612.538	2.353.063	-50.850
Responsabilidade Civil	7.578.473	7.369.556	8.542.972	1.823.486	-50.850
Outras coberturas	2.166.888	2.148.714	1.069.565	529.576	
Resp. Civil Geral	28.160	20.906	2.874	5.512	
Proteção jurídica	328.153	345.412	15.777	84.129	
Assistência	1.561.616	1.563.591	75.080	384.469	-1.093.396
Total	11.814.952	11.598.099	9.767.511	2.864.325	-1.144.246

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal



CERTIFICAÇÕES



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

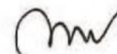
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **N Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 19.038.722 euros e um total de capital próprio de 4.914.936 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.656.442 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **N Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas
independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG
International"), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 -
Inscrito na O.R.O.C. N.º 169 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT
502 161 078



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda totalizam 12.308.221 euros, conforme nota 16 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 65% do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 2.4 e) anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme nota acima referida, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos disponíveis para venda; ▪ Teste à valorização da carteira de activos disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade; ▪ Testes para avaliar perdas por imparidade; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2017, a provisão para sinistros, no valor de 8.743.046 euros conforme nota 20 anexa às demonstrações financeiras, representa cerca de 62% do passivo à mesma data.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, conforme notas 2.4 j) e 3 a) anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros; ▪ Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>). ▪ Avaliação da metodologia e pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros; ▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelo responsável da função actuarial da Entidade; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Recuperabilidade dos activos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2017, os activos por impostos diferidos reconhecidos pela Entidade, ascendem a cerca de 1.062.811 euros. Conforme nota 22 anexa às demonstrações financeiras, este valor respeita fundamentalmente a prejuízos fiscais reportáveis cujo activo por imposto diferido associado ascende a cerca de 1.067.851 euros.

O risco

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com a política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 m) anexa às demonstrações financeiras. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Esta área envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade. Conforme referido na nota 22 anexa às demonstrações financeiras a recuperabilidade dos impostos diferidos activos depende da verificação dos pressupostos assumidos no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, sendo determinante a evolução da conjuntura económico-financeira e do mercado em geral.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Análise e confirmação da natureza das principais diferenças temporárias subjacentes ao reconhecimento dos activos por impostos diferidos, e à recuperabilidade dos activos reconhecidos dentro dos prazos legais definidos para o efeito;
- Análise da razoabilidade das projecções de lucros tributáveis preparadas pelo Conselho de Administração que suportam a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos e os pressupostos subjacentes;
- Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;





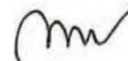
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.



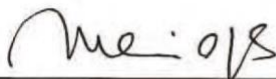


Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 25 de Março de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 31 de Março de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de Março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

28 de Março de 2018



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Exmo. Senhor Acionista,

No cumprimento das competências definidas na alínea g) do n.º 1, do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal submete à sua apreciação, o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 da N Seguros, S.A., elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2017, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da N Seguros, S.A., através dos contactos frequentes que manteve com o Conselho de Administração. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Seguradora, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
2. Do exercício de 2017, destacamos como factos mais relevantes:
 - O Resultado do Exercício o qual, apesar de negativo (1.656.442 euros), teve uma evolução favorável quando comparado com o do exercício anterior (2.147.663 euros). Para este resultado contribuiu a valorização dos Ativos Financeiros (carteiras de títulos disponíveis para venda e detidos até à maturidade) que, para além de gerarem Reservas de Reavaliação significativas (997.998 euros), permitiram uma redução substancial de Imparidades quando comparadas com as do ano anterior (881.951 euros);
 - Ao nível do Balanço, verificou-se uma diminuição significativa do Ativo Líquido, no montante de 2.875.233 euros, originado na redução das aplicações em Ativos Financeiros (1.592.172 euros) e no saldo dos Outros Devedores (1.424.488 euros), que conduziu a uma alteração no critério de contabilização dos prémios cujo período de risco ainda não se tinha iniciado;
 - O impacto do resultado do exercício, referido anteriormente, contribuiu para uma nova redução dos Capitais Próprios que se fixaram, em 31.12.2017, em 4.914.936 euros;
 - Em termos de atividade, as alterações foram pouco significativas. Verificou-se um decréscimo de 1,3% nos Prémios Brutos Emitidos, o qual foi compensado com um aumento de 4,3% na produção nova e com a diminuição de 4,4% nas



apólices anuladas. Os custos com sinistros registaram uma redução de 2,9% e a taxa de sinistralidade situou-se em 79,3%, ligeiramente inferior ao valor verificado no ano de 2016. Esta evolução favorável da atividade em relação ao ano anterior é o resultado da implementação de medidas ao nível da dinâmica comercial, das políticas de seleção de risco e dos investimentos que o Conselho Fiscal deseja que venham a ter continuidade no futuro.

3. Após o encerramento do exercício, apreciamos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa, das Variações do Capital Próprio e do Rendimento Integral, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes Notas Explicativas.
4. No cumprimento da exigência contida no artigo 63.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, o Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados - SROC, S.A., a sua Confirmação da Independência, comunicando ainda todos os serviços prestados à N Seguros. Esta declaração descreve ainda os procedimentos adotados, com vista a monitorizar, de forma permanente e rigorosa, todos os serviços prestados aos seus clientes, os quais contemplam a autorização do órgão de fiscalização quando se inicia a prestação de um novo serviço.
5. O Conselho Fiscal recebeu, também, da KPMG & Associados - SROC, S.A., a Certificação Legal das Contas, emitida sem Ênfases ou Reservas, a qual contempla um relato desenvolvido sobre a auditoria das demonstrações financeiras e elencando as matérias relevantes da auditoria realizada. Como matérias relevantes, foi dado destaque à Mensuração dos Instrumentos Financeiros, incluindo o reconhecimento de imparidade, às Provisões para Sinistros e à Recuperabilidade dos Ativos por Impostos Diferidos, dado o grau de materialidade destas rubricas do balanço.
6. O Conselho Fiscal recebeu, ainda, da KPMG & Associados - SROC, S.A., o Relatório Adicional a que se refere o artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, cujas questões fundamentais decorrentes da revisão legal de contas, nos foram apresentadas em reunião realizada nas instalações da Lusitania, em 28 de março de 2018.
7. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas, da N Seguros, S.A., respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos



resultados apurados, dos fluxos de caixa, das variações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

8. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento manifestado, no seu Relatório, às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores da Seguradora.

PARECER

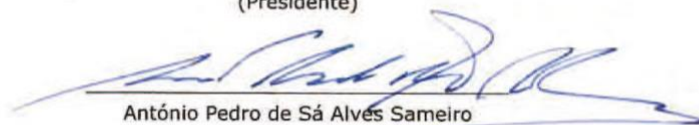
Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras da N Seguros, S.A., referentes a 31 de dezembro de 2017, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

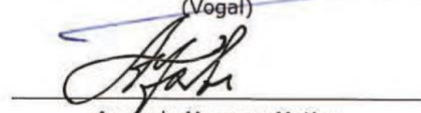
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas da N Seguros, S.A., relativos ao exercício de 2017;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados que contempla um prejuízo de 1.656.442 euros, a transferir para Resultados Transitados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na atividade desenvolvida.

Lisboa, 28 de março de 2018

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
(Presidente)


António Pedro de Sá Alves Sameiro
(Vogal)


Armindo Marques Matias
(Vogal)